

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

Paulo Marcos Schwantz

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO
DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ, MUNICÍPIO DE NOVA
PETRÓPOLIS/RS.**

**Nova Petrópolis
2011**

Paulo Marcos Schwantz

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO
DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ, MUNICÍPIO DE NOVA
PETRÓPOLIS/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Coorientador: Camila Vieira da Silva

Nova Petrópolis

2011

Paulo Marcos Schwantz

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO
DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ, MUNICÍPIO DE NOVA
PETRÓPOLIS/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre 18 de julho de 2011.

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel - Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Saionara Araujo Wagner
UFRGS

Profa. Ms. Simone Weschenfelder
UFRGS

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Dedico este trabalho aos meus pais Herbert e Lili, que me ensinaram na vida os valores da humildade, responsabilidade e perseverança. A minha companheira Fabiane e ao meu filho Amon-rá por estarem comigo nesta caminhada, pela paciência, colaboração e acima de tudo pela compreensão em abrir mão, mesmo que temporariamente de seus sonhos. Dedico este trabalho a todos como forma de agradecer e reconhecer o amor que dedicam a mim. A eles minha gratidão!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é cercado por uma trajetória de fatos inusitados, pois não mais imaginava chegar um dia neste momento, vindo de família humilde de agricultores e poder realizar um sonho de criança, o qual por muitos anos havia ficado adormecido. Mas, “Deus escreve certo por linhas tortas” e um dia, surge a oportunidade da realização do sonho. Agarrei esta chance como se fosse à última, mesmo não sendo o curso que sonhava quando criança. E hoje afirmo com toda certeza que a escolha que fiz, foi à escolha certa.

Gostaria de agradecer e dirigir à todas as pessoas e instituições que estiveram envolvidas no percurso da graduação para a realização deste trabalho.

Primeiramente agradecer a minha família, principalmente a minha companheira Fabiane pelo apoio incondicional nos momentos de angústia desta jornada. Ao meu filho Amon-rá peço a compreensão pelos momentos em que não dei a devida atenção que merecia.

Ao meu orientador o professor Lovois de Andrade Miguel pela amizade, orientação e pelo incentivo a continuidade no percurso acadêmico.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com as demais instituições apoiadoras e financiadoras a oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do país.

A todos os professores, tutores, funcionários do PLAGEDER pelo ensino, conhecimento e atendimento.

A Prefeitura Municipal de Picada Café e a todos os colaboradores do Pólo Universitário que nos receberam demonstrando solidariedade e confiança.

A todos os meus colegas de turma nesta jornada pela amizade e convívio durante este período.

A todos os agricultores familiares que me receberam, e deixando muitas vezes de lado seu trabalho para me dar atenção durante as visitas.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização da pesquisa.

Os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

Esta monografia aborda o estudo do fenômeno da mercantilização da agricultura familiar na comunidade de São José do Cai, Município de Nova Petrópolis, RS. Aborda a transformação da forma familiar de produção engendrada pelos imigrantes alemães na ocupação das terras na metade do século XIX, que levou os “colonos” através de suas estratégias de reprodução a se transformarem (metamorfosar) em agricultores familiares. Esta transformação se dá mediante a crescente inserção mercantil que se acentuou no final da década de 70, através da externalização das relações de produção, a qual torna o agricultor dependente das relações a montante e a jusante da sua porteira com o ambiente social e econômico. A metodologia da pesquisa se respalda num estudo de caso, que busca no processo histórico uma relação teórico-empírica para desvelar este fenômeno. Contudo, há uma ambivalência conceitual que deve ser analisada ao longo de sua trajetória espacial e temporal, de uma agricultura colonial voltada basicamente à reprodução social, para uma “nova” estrutura social e econômica com crescentes vínculos mercantis e de crescente inserção a uma economia de mercado. Ao mesmo tempo, que o processo histórico tem demonstrado um crescente aumento no grau de mercantilização das unidades familiares, surgem estratégias para lograr êxito da inserção mercantil a fim de garantir o processo de reprodução social. Ou seja, a agricultura familiar foi capaz, não só de se manter, mas de se adaptar e se fortalecer através da dinâmica das estratégias estabelecidas neste novo ambiente econômico e social no qual estão inseridos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, agricultura colonial, mercantilização.

ABSTRACT

This monograph deals with the study of the phenomenon of the family farming commercialization in the community of São José do Caí, city of Nova Petrópolis, RS. It deals with the transformation of the familial form of production engendered by German immigrants in the occupation of the land in half of the 19th Century, which led the "settlers" through their strategies of reproduction to become (metamorphosed into) on family farmers. This transformation takes place through the increasing mercantile insertion which has accentuated in the late 1970s, through the externalization of the production relations, which makes the farmer dependent on relations with upstream and downstream from his gate with the social and economic environment. The research methodology is based on a case study, which search in the historical process a theoretical-empirical relationship to unveil this phenomenon. However, there is an conceptual ambivalence that must be analyzed along its spatial and temporal trajectory, from a colonial agriculture, directed basically to social reproduction, to a "new" social and economic structure with increasing mercantile bonds and an increasing insertion into economy market. At the same time, that the historical process has shown a growing increase in the level of commercialization of the family units, there are strategies for achieving success of mercantile insertion in order to ensure the process of social reproduction. In other words, the family farming was able, not only to maintain but to adapt and strengthen through the dynamics of the strategies set out in this new economic and social environment in which they are inserted.

Key Words: Family Agriculture, colonial agriculture, commercialization.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Idade dos membros do grupo familiar da comunidade de São José do Caí..... | 36 |
| Tabela 02 – Escolaridade dos membros do grupo familiar pesquisado na comunidade de São José do Caí. | 37 |
| Tabela 03 – Forma de acesso a terra das famílias agricultoras nos últimos 25 anos ou uma geração na comunidade de São José do Caí, Nova Petrópolis/RS..... | 38 |
| Tabela 04 – Estrutura fundiária e Superfície Agrícola Útil (SAU) das propriedades na comunidade de São José do Caí..... | 39 |
| Tabela 05 – Volume de crédito destinado a agricultura familiar pelo programa PRONAF, nos últimos 10 anos (período de 01/01/2001 à 28/06/2011) no município de Nova Petrópolis/RS..... | 42 |
| Tabela 06 – Número de agricultores pesquisados da comunidade de São José do Caí que tomaram crédito junto a instituições financeiras pelo PRONAF e/ou outras modalidades e sua finalidade (ano agrícola 2010-2011)..... | 42 |
| Tabela 07 – Acesso a assistência técnica pelos agricultores da comunidade de São José do Caí no ano agrícola 2010-2011..... | 43 |
| Tabela 08 – Característica da família agricultora da comunidade de São José do Caí quanto à sucessão da propriedade..... | 44 |
| Tabela 09 – Perspectiva da família da comunidade de São José do Caí quanto a atividade agrícola..... | 45 |
| Tabela 10 - Distribuição geográfica da população do Município de Nova Petrópolis/RS..... | 50 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01 – Localização do Município de Nova Petrópolis..... | 14 |
| Figura 02 – Foto da comunidade de São José do Caí, no final dos anos 80..... | 40 |
| Figura 03 – Foto da comunidade de São José do Caí em 2011..... | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL..... | 12 |
| 1.1.1 Objetivos específicos..... | 12 |
| 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 13 |
| 1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA..... | 15 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 16 |
| 2.1 A AGRICULTURA COLONIAL..... | 16 |
| 2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR..... | 19 |
| 2.3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA..... | 22 |
| 2.4 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO..... | 24 |
| 3 O PROCESSO HISTÓRICO: A FORMAÇÃO DE NOVA PETRÓPOLIS/RS..... | 29 |
| 3.1 OS “MUSTERREITER” OS CAIXEIROS-VIAJANTES..... | 34 |
| 4 A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ..... | 36 |
| 4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA..... | 36 |
| 4.2 OS MEIOS DE PRODUÇÃO..... | 38 |
| 4.3 A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ..... | 46 |
| 4.4 SOCIABILIDADE E RECIPROCIDADE: UMA NOVA FORMA DE RELAÇÕES SOCIAIS..... | 50 |
| 5 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO CAÍ: REPRESENTAÇÕES, CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES..... | 52 |
| 5.1 A ESTRATÉGIA TRADICIONAL: MODERNIZAÇÃO E PRODUÇÃO EM ESCALA..... | 53 |
| 5.2 AUTOCONSUMO, UMA FORMA DE ECONOMIZAÇÃO E ALTERNATIVIDADE..... | 55 |
| 5.3 A DIVERSIFICAÇÃO DAS RENDAS AGRÍCOLAS..... | 57 |
| 5.4 A PLURIATIVIDADE..... | 59 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 64 |
| ANEXO A..... | 69 |
| APÊNDICE A..... | 70 |
| APÊNDICE B..... | 71 |

1 INTRODUÇÃO

A agricultura desde seus primórdios teve um importante papel para o desenvolvimento das civilizações. Originalmente se constituía numa atividade que visava à produção de alimentos para a manutenção das necessidades básicas do núcleo familiar, de forma a garantir sua reprodução social. No cenário brasileiro as últimas seis décadas foram de intensas transformações, marcadas principalmente pelo processo da modernização agrícola, preconizada através da “Revolução Verde”. O debate em torno das transformações que a agricultura vem passando é de extrema importância para descortinar a atual visão de que a agricultura familiar não é uma “nova” forma social, mas apresenta uma nova dimensão social, econômica e cultural. Esta transformação não rompe com a percepção até então dominante acerca desta forma social da agricultura. No entanto, percebe-se uma nova configuração de suas estratégias de reprodução frente à transformação do ambiente econômico e social, que a estrutura agrária brasileira tem passado.

Nesse sentido, é de fundamental importância entender a passagem das antigas formas sociais da agricultura familiar para procedermos a contextualização destas mudanças. Constata-se uma importante ambivalência conceitual acerca destas formas sociais, que não vem a ser a substituição dos conceitos usados, mas a análise deles ao longo de sua trajetória espacial e temporal. Assim, a operacionalização do conceito de agricultura familiar nas sociedades contemporâneas demanda uma análise da inserção desta no ambiente social e econômico.

Considera-se, de modo geral, na literatura atual, que o processo de metamorfose da agricultura familiar esteve diretamente ligado à modernização agrícola ou chamada de “Revolução Verde”, pela indução de pacotes tecnológicos proporcionando tecnologia para uma melhor eficiência na produção agrícola. Neste ponto, a agricultura não cumpre unicamente a função de produzir alimentos, passando a produzir para o mercado, ou seja, *commodities*. Essa crescente inserção do agricultor no mercado é chamada de mercantilização, da qual o agricultor se torna dependente com o ambiente social e econômico. Contudo, a mercantilização não é um processo hegemônico, podendo ser comparado com o processo de modernização da agricultura, por se apresentar não-linear e com diferentes graus de penetração na agricultura familiar.

O estudo do fenômeno social da mercantilização da agricultura familiar torna-se fundamental para o entendimento da evolução das famílias agricultoras. A partir deste referencial abordado é importante destacar que mesmo antes do processo de modernização havia uma agricultura orientada para o mercado, mas com diferentes produtos dos atuais, na época da colonização da região de estudo pelos imigrantes germânicos. Portanto, as relações dos agricultores com o mercado já estavam presentes na época da colonização, mesmo com uma produção esporádica de excedentes destinada ao mercado local. Pode-se assim afirmar que o crescente aumento na intensidade das trocas acarretou uma intensificação da mercantilização entre agricultores familiares e agentes econômicos. Ao considerarmos o processo histórico da mercantilização, encontramos formas de agricultura heterogêneas em uma paisagem local/regional aparentemente homogênea. Consta-se então, que o processo de mercantilização interfere na capacidade de diversificação das estratégias e estilos de agricultura, as quais apresentam diferentes noções de importância na questão de sua condição social, econômica e cultural. Este fato demonstra que a família é a grande responsável, através das estratégias adotadas, em garantir e assegurar a sua reprodução social.

Este estudo foi realizado no Município de Nova Petrópolis, localizado na encosta superior da Serra Geral, tendo como recorte a comunidade de São José do Caí. Comunidade esta formada basicamente por pequenos agricultores familiares, sendo sua principal atividade econômica a horticultura, complementarmente o gado leiteiro e a silvicultura. Esta comunidade possui 58 propriedades cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), sendo que aproximadamente 26 ainda desempenham atividades agrícolas.

Este estudo tem como tema a agricultura familiar e o fenômeno social da mercantilização. Pretende-se explicitar como a crescente inserção dos agricultores no circuito capitalista, a qual antes era desempenhada por uma economia de excedentes, dá lugar a uma economia de mercado. Transformando, ou como frisou Abramovay (1992), metamorfoseando-se em uma nova forma social, de uma agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada. Cabe salientar que esta nova forma social não acarreta no desmantelamento das antigas formas sociais, distinguindo uma da outra pelas suas estratégias de reprodução.

É basicamente através dos marcos da modernização agrícola que se operam as principais transformações da maneira de viver e produzir dos agricultores da comunidade de São José do Caí. A partir deste momento, a agricultura familiar insere-se num processo de

especialização produtiva e conseqüentemente há uma dependência externa acarretada pela mercantilização. Segundo Ploeg (1992), o processo de mercantilização caracteriza-se por se apresentar de diferentes graus entre os agricultores, pois se deve considerar fatores alheios a vontade dos indivíduos, ou sua própria impossibilidade de modernização.

Partindo do pressuposto que a forma dos agricultores familiares em trabalharem, produzirem e viverem não é a mesma do passado, considera-se que a mercantilização afetou as dimensões sociais, culturais e econômicas. A partir do estudo da evolução histórica da agricultura familiar desta comunidade, procurar-se-á apresentar o problema de pesquisa, como o fenômeno social da mercantilização afeta o universo da agricultura familiar e como ocorre a interação destes neste novo ambiente social de forma a viabilizar sua reprodução social? Portanto, este estudo pretende contribuir na compreensão da transformação da agricultura na comunidade de São José do Caí, a qual tem sua origem ligada ao processo histórico de ocupação por imigrantes germânicos na metade do século XIX.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o fenômeno social da mercantilização entre os agricultores familiares da comunidade de São José do Caí, e a alteração no conjunto de relações sociais e econômicas das famílias.

1.1.1 Objetivos específicos

Caracterizar e descrever o desenvolvimento histórico de Nova Petrópolis, como base para o estudo da comunidade de São José do Caí.

Identificar e descrever as principais características dos agricultores familiares desta comunidade.

Identificar as diferentes estratégias que estes desenvolvem para garantir sua reprodução social.

Analisar os impactos sociais e econômicos na agricultura familiar do processo de mercantilização.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos aspectos metodológicos desta monografia, a pesquisa se insere na técnica de estudo de caso. Segundo Fonseca (2002) a técnica do estudo de caso visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação. Permitindo, que o objeto a ser estudado seja analisado de forma exaustiva, ampla e detalhado; procurando descobrir o que há nele de mais essencial e característico, e revelá-lo tal como se percebe. Assim, o fenômeno social da mercantilização da agricultura familiar da comunidade de São José do Caí, permite estabelecer uma investigação consistente e problematizadora. Utilizara-se uma abordagem quanti-qualitativa, pois, segundo Fonseca (2002) a utilização de forma conjunta da pesquisa quantitativa e qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Simplificadamente, a pesquisa quantitativa se centra na objetividade e se constitui um retrato real da população alvo da pesquisa. Assim, se recorre à linguagem matemática para explicar os dados. Já a pesquisa qualitativa produz informações que não possam ser quantificadas nas realidades sociais, buscando descrever, compreender e explicar a dinâmica de determinado fenômeno. Neste estudo a metodologia quantitativa é importante para identificar as características dos agricultores familiares tais como: estrutura fundiária, número de membros, tipos de produção, grau de ensino e nível de mercantilização. E, complementarmente, a pesquisa qualitativa visa compreender a dinâmica das relações sociais das unidades familiares.

A pesquisa foi realizada no Município de Nova Petrópolis (figura 01), localizado na encosta superior da Serra Geral (Serra Gaúcha), distante a 95 km da capital do Estado, e a 30 km de Caxias do Sul, com uma população de 19.058 habitantes (IBGE, censo 2010). A pesquisa tem como foco a localidade de São José do Caí, que hoje é o maior produtor de hortigranjeiros do município, e onde se constata visivelmente um elevado grau de mercantilização nas 26 propriedades rurais ainda produtivas. A população do estudo são os agricultores familiares residentes na comunidade de São José do Caí. A amostra é composta de 06 unidades de produção agrícolas selecionados por sorteio a partir da lista de produtores rurais obtida junto a Secretaria Municipal de Agricultura. A escolha quantitativa dos sujeitos foi definida a partir da perspectiva de saturação de dados. Segundo Polit e Hungler (1995) a saturação ocorre quando os dados da coleta param de produzir novas informações ou fornecem informações redundantes.

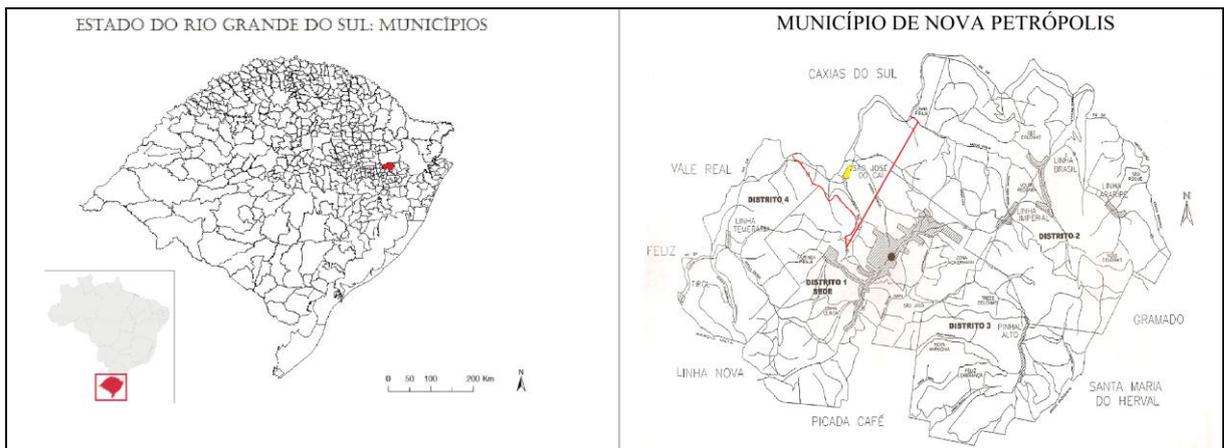


Figura 01 – Localização do Município de Nova Petrópolis.

Fonte: FEE. MAPAS, 2009.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de abril e maio de 2011. Após a composição da amostra, as famílias foram visitadas em seus domicílios e convidadas a participar do estudo. Neste momento foram esclarecidos do objetivo da pesquisa, bem como de livre consentimento através de termo de concordância (anexo A), que visa à preservação da identidade e dados coletados. A entrevista dos agricultores familiares foi realizada utilizando um questionário semi-estruturado (apêndice B) abrangendo questões sociodemográficas e qualitativas. As entrevistas foram gravadas em fitas cassete para melhor registro das informações. A formulação das perguntas foi estruturada em tópicos relevantes ao tema, estabelecida através de roteiro prévio (apêndice A) para nortear o desenvolvimento da pesquisa. A partir das respostas obtidas junto ao informante, criaram-se novas hipóteses, e desta forma ocorreu um enriquecimento da investigação (TRIVIÑOS, 1987). A entrevista semi-estruturada dá a possibilidade ao entrevistado alcançar a liberdade e espontaneidade necessária à investigação e permitindo a exploração de múltiplas dimensões do fenômeno. Segundo Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada parte de questionamentos prévios e permite que a resposta dos informantes crie novas hipóteses, enriquecendo a investigação.

A análise dos dados foi desenvolvida a partir do conteúdo das entrevistas. A base de dados quantitativos permitiu auxiliar na caracterização socioeconômica e demográfica das famílias agricultoras. O objetivo de organizar os dados tem como finalidade de fornecer as respostas para o problema proposto. Para assumir os processos de análise, Gil (2006), toma como referência a observação dos seguintes passos: a) estabelecimento de categorias; b) codificação e tabulação; c) análise estatística dos dados. O processamento dos dados foi realizado com o emprego de técnicas de cálculo matemático através da planilha eletrônica EXCEL. Os dados qualitativamente foram analisados através da análise de conteúdo,

representam um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (BARDIN, 1979). Assim, o material qualitativo permitiu analisar, compreender e interpretar os fatores que determinam as características e os significados que os atores compartilham na vivência de sua realidade. Os aspectos éticos foram fundamentais nesta caracterização das famílias agricultoras, não havendo nenhuma forma de discriminação no processo de seleção e nem a exposição ou riscos aos indivíduos. Buscou-se assim assegurar aos pesquisados a garantia da preservação de sua identidade, privacidade e anonimato. O modelo do Termo de Consentimento encontra-se em anexo A.

1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

O presente trabalho esta dividido em seis capítulos:

O primeiro apresenta a introdução, o tema e a definição do problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos, os procedimentos metodológicos e a estrutura da monografia.

No segundo capítulo, apresenta-se a revisão teórica, consiste na distinção conceitual entre agricultura colonial e agricultura familiar, este referencial torna-se complementar para o entendimento da sua evolução e transformação. Este capítulo busca conceituar o processo de modernização e mercantilização da agricultura familiar.

A partir do terceiro capítulo têm-se os resultados obtidos na pesquisa histórica e de campo, e também as discussões acerca deste trabalho. O terceiro capítulo apresenta a contextualização do espaço empírico e aspectos históricos. Descreve-se o processo histórico de colonização do distrito do Vale do Caí a partir de seu modo de vida colonial, e sua transformação de economia de excedentes a uma economia de mercado.

No capítulo quatro é realizada uma caracterização socioeconômica e produtiva dos agricultores familiares da comunidade de São José do Caí na atualidade.

No quinto capítulo se abordará as percepções das estratégias e tendências futuras dos agricultores familiares frente à mercantilização.

Por fim, o sexto capítulo apresenta as principais considerações deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A AGRICULTURA COLONIAL.

Nesta seção, é de fundamental importância delimitar o campo teórico que distingue o camponês de agricultura colonial. Neste sentido, não faremos analogia a camponato e agricultura colonial, ainda que esta seja oriunda das sociedades camponesas e haja características comuns entre ambas. A distinção entre as duas categorias sociais segundo Marx Weber (1974) apud (CONTERATO, 2004. p.19) “significa reconhecer que, mesmo através de uma economia de excedentes, o colono sempre produziu para o mercado, ao contrário do camponês, cuja característica é a produção para o autoconsumo”. Assim, o modo de vida colonial é identificado pela forma de produzir e de viver nas regiões coloniais, onde desenvolveram uma economia de excedentes, estabelecendo ainda que esporadicamente vínculos mercantis.

As colônias tiveram sua produção agrícola direcionada pelo estado, principalmente para a produção de alimentos, visto que a metade sul e os campos de cima da serra já estavam ocupados por grandes proprietários criadores de gado. O segundo objetivo consiste na ocupação do território para a defesa da fronteira, por ser uma região limítrofe do império e passível de exploração econômica (ROCHE, 1969). Visto que a colonização das terras neste modelo de pequenas propriedades haveria uma grande diversificação de culturas a serem implantadas na agricultura. E para a subsistência há a necessidade de uma maior variedade de produtos e posterior produção de excedentes visando o abastecimento da população urbana (PAZ, 2006).

A definição de agricultura colonial ou simplesmente modo de vida colonial é caracterizado pelo processo de colonização¹ da metade norte do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus na primeira metade do século, primeiramente nas regiões do vale do Rio dos Sinos e vale do Rio Taquari. Posteriormente expandindo-se rumo ao norte em buscas das “novas colônias”, o que significava a abertura de novas fronteiras agrícolas (SCHNEIDER, 2006).

¹ Estabelecer colônia (povoar) em terras despovoadas, para os quais foram trazidos imigrantes estrangeiros para produção agrícola. Girion e Bergamaschi (1996). Colônia significa um agrupamento de pessoas originárias do mesmo lugar e que vivem em uma mesma região.

O que se destaca no processo de colonização foi à forma de ocupação geográfica e a sociabilidade do modo de vida colonial que se instaurou, através do “povoamento rural disperso”

“Um dos aspectos determinantes da organização social da sociedade teuto-brasileira foi o povoamento disperso dos colonos, pelo qual se entende uma formação de ocupação geofísica baseada na abertura de caminhos por dentro da mata denominadas linhas ou picadas. Ao longo desses caminhos, as terras foram demarcadas, os colonos² estabeleceram suas propriedades e constituíram suas moradias. Esta forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e as dificuldades de comunicação (falta de estradas etc.), foi fator decisivo à formação e manutenção de uma sociedade com alto grau de endogamia e relativamente fechada sobre si até meados da década de 50. O caráter quase autárquico desse modo de vida era reforçado pelas intensas relações de parentesco e de religiosidade”. (SCHNEIDER, 1999. P. 23)

De acordo com Schneider (1999), o que determinava a forma de produzir no sistema colonial era determinado pela organização interna da família, mediante ao processo de trabalho e produção, a qual visava desta forma assegurar a sua subsistência, sua reprodução social e econômica.

“O sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. Ou seja, a forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso foi possível enquanto havia terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada”. (SCHNEIDER, 1999. P.87)

Pode-se afirmar que um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento das colônias foi a quebra do isolamento pela melhoria nos meios de transporte. Para que os colonos tivessem acesso a outras mercadorias foi a proximidade da região de primeira colonização de Porto Alegre e para os demais a abertura de picadas (estradas) que davam o acesso a capital ou a portos utilizados para o transporte dos excedentes de produção (mercadorias). A crescente mobilidade e o aumento na intensidade das trocas, fez com que as relações entre colonos e agentes econômicos se mercantilizassem rapidamente, seja pela produção de excedentes para trocas mercantis por outros produtos indispensáveis a tender as necessidades da família, ou para uma produção destinada para o mercado principalmente pela banha (CONTERATO, 2004)

² Segundo Schneider (1999:24) “A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido é empregado no sul do Brasil, não indica possessão exterior, ultramarina, de um Estado nacional. O verdadeiro sentido da palavra colônia (“*kolonie*” em alemão) tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas. Por colônia, no Rio Grande do sul, também se designa uma propriedade de terra padrão, aquela destinada pelo governo aos imigrantes. Deste modo, o colono passou a ser sinônimo de “*Bauer*”, que em alemão designa camponês, agricultor, pequeno proprietário”.

A crise no sistema colonial parece ter contribuído para a “ruptura” entre agricultura colonial à agricultura familiar, esta decorre principalmente pelo esgotamento do solo (potencial produtivo) e pelo fracionamento das propriedades pela partilha por herança (NAVARRO, 2002; SCHNEIDER, 1999). Situação que se agrava no final da década de 70 pelo processo de modernização da agricultura associada à crescente integração ao mercado dos colonos. Contudo, a emergência da modernização e a crescente mercantilização, a qual acabou levando as decisões “para fora da porteira”, constitui-se num ponto de passagem, ou segundo Abramovay (1992) num momento de metamorfose da agricultura colonial para a agricultura familiar, referindo-se ao caso do sul do Brasil:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo em que se reproduzem e se metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde a maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social”. (apud PLEIN, 2003. p.47).

Portanto, a metamorfose que transforma agricultores coloniais em agricultores familiares decorre principalmente de problemas internos referentes ao esgotamento do potencial produtivo das terras associada às técnicas agrícolas utilizadas, do tamanho reduzido das propriedades, associada ao padrão de partilha da terra por herança. Por fim, a crescente integração desses colonos com o mercado vendendo suas mercadorias, comprando insumos para a produção, pelo acesso a assistência técnica e ao crédito são fatores determinantes para a “metamorfose” da forma familiar de agricultura (SCHNEIDER, 1999).

Todavia, estas transformações ocorreram de forma não linear, evidenciando que o processo de mercantilização e externalização teve seus efeitos mais característicos pela modernização da agricultura, associada à mudança da base tecnológica e sua crescente inserção ao mercado capitalista. Neste sentido os processos modificaram elementos fundamentais na maneira de organização dos agricultores nas suas unidades de produção e conseqüentemente transcorrem mudanças na tríade terra, trabalho e família. Transformações estas que caracterizam a metamorfose de uma nova forma social, de agricultores coloniais passam a ser agricultores familiares. Estes via diferentes trajetórias históricas, podem se expressar segundo Niederle (2007) em distintos estilos de agricultura e múltiplas estratégias

produtivas nesta nova atmosfera de relações sociais, as quais passam a influenciar acerca do melhor modo de organizar as unidades de produção e sua vida social.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil ainda é recente, tanto no meio acadêmico como político, em que os principais estudos e pesquisas datam do início da década de 90³. Estes estudos buscam descortinar uma “nova” dimensão social, econômica e cultural, a qual tem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na atualidade. Anteriormente, usavam-se indiscriminadamente em documentos oficiais, textos acadêmicos, entre outros, os termos de “pequena produção”, “agricultura de baixa renda”, “agricultura de subsistência”. Pressupondo que o pequeno agricultor é aquele de baixo desempenho econômico, que vive em situações de precariedade, sem acesso ao crédito e tecnologias, e desprovido da capacidade de acesso a mercados dinâmicos e competitivos. Este fato se retrata também no núcleo dos movimentos sociais, a qual a defesa do “pequeno produtor” era sua bandeira de luta (SCHNEIDER et all, 2004).

No entanto, isto não vem a ser uma substituição dos conceitos que vem sendo usados pela academia desde a década de 50, mais que isso, se refere aos mesmos grupos sociais, mas de um processo de evolução/transformação a qual tem passado a estrutura agrária brasileira. Desta forma o que distingue uma da outra são suas estratégias de reprodução, sendo influenciadas por conta da transformação do ambiente econômico e social (ABRAMOVAY 1992; SCHNEIDER 2003). Como frisa Sergio Schneider (2003), que a conceitualização de agricultura familiar não é de fácil definição, nem simples, pois é de fundamental importância a investigação da sua “metamorfose” ao longo da trajetória espacial e temporal. Esta ambivalência conceitual deve ser analisada ao longo de sua transformação, de uma agricultura voltada, basicamente à reprodução social, para uma “nova” estrutura social e econômica com crescentes vínculos mercantis e inserção a uma economia de mercado.

³ A conjuntura econômica de meados da década de 90, fez surgir políticas públicas para o rural, como alvo a categoria social da agricultura familiar. Segundo (CASTILHOS 2002 apud ALBERTI 2008 p.163), dois fatores foram os principais que motivaram o surgimento destas: “a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais”. Marco importante da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar como categoria social.

Esta transformação não extingue a antiga forma social da agricultura, mas transforma-se através de uma metamorfose como frisa Abramovay (1992), o que distingue uma da outra são suas estratégias de reprodução, sendo influenciada por conta da transformação do ambiente econômico e social.

[...] integram-se plenamente as estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo seu círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se em uma profissão, numa forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1998. p.126).

De modo geral podemos entender por agricultura familiar aquele grupo que possui três características básicas ligadas à família que são: a propriedade, entendida como seu patrimônio, o capital pertencente à família; o trabalho, que é fundamentalmente familiar; e a gestão, que é efetuada pelos proprietários, estes geralmente ligados por parentesco. Wanderley (1996) define a agricultura familiar como aquela em que a família ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção, assume também o trabalho no estabelecimento garantindo o sustento desta, e conseqüentemente para gerações futuras. Ainda segundo Wanderley (2003. p. 46) “O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meios de uma nova contabilidade”. Desta forma, as técnicas do saber-fazer passadas ao longo de gerações não são mais suficientes neste processo de mercantilização para garantir a reprodução social e a autonomia da unidade familiar. A qual tem como novo objetivo a produção de mercadorias (produtos) com a utilização de recursos produtivos (máquinas, equipamentos e insumos químicos) extraindo o máximo da natureza. A partir desta lógica as unidades familiares substituem o sistema de policultivos e especializam-se em cultivos comerciais (monocultura). Com a especialização e a mecanização da agricultura têm-se abruptas transformações na relação e importância do trabalho no interior da unidade familiar.

No entanto não há um consenso na definição do conceito do que seja agricultura familiar, mas autores como Sergio Schneider (2003) e Luiz A.C. Norder (2004) representam uma nova geração de obras singulares com viés mais perceptivo que a agricultura familiar estabelece no ambiente social e econômico. Para Schneider (2003 p.97) “as motivações dos indivíduos, de como tomam suas decisões de dispêndio ou investimento ou mesmo sobre projetos que orientam suas estratégias de busca de alternativas materiais a sua reprodução social”. Neste sentido Schneider (2003), que para operar o conceito de agricultura familiar nas sociedades contemporâneas devem-se elencar elementos com duas visões analíticas. A

primeira é a dimensão “interna” ou familiar, onde se considera também a relação histórica com o território. A segunda é a dimensão “externa” referindo-se a inserção desta no ambiente social e econômico. A dimensão familiar pode ser:

[...] “entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção). É no âmbito da família que se distingue e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas”. (SCHNEIDER, 2003. p.106)

O reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil vem em 1996 com a criação do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

[...] “sua finalidade era prover de crédito e apoio institucional às categorias de pequenos agricultores desprovidos de crédito a partir da retração, consumada nos anos 1980. Este período demonstra o interesse do próprio Estado em legitimar uma forma social que se apresente num estágio de mudanças qualitativas e quantitativas, numa crescente integração aos mercados e capaz de responder aos interesses do Estado”. (SCHNEIDER, 2003 apud CONTERATO 2004. p. 17).

Por isso, esta agricultura altamente integrada ao mercado, não pode, nem de longe, ser comparada as antigas formas sociais de agricultura de subsistência ou de pequena produção, pois foram capazes de incorporar os principais avanços tecnológicos, estabelecendo relações com políticas públicas e capaz de responder a essas políticas. Isso levou os agricultores familiares a uma crescente mercantilização da sua vida social e econômica, mas nem por isso deixou de estar assentada sob relações familiares. Ou seja, a agricultura familiar foi capaz não só de se manter, mas de se fortalecer através da dinâmica das estratégias estabelecidas, neste novo ambiente econômico e social (CONTERATO, 2004).

Neste conjunto de mudanças estruturais propiciadas pela modernização da base técnica da agricultura, ergue-se uma estratégia de diversificação da família de caráter multi-ocupacional, o que passa a constituir o fenômeno da pluriatividade no meio rural. Este fenômeno emerge junto à crescente mercantilização das unidades produtivas e sua inserção nos mercados de trabalho e não-agrícola. Segundo Schneider (2006), este fenômeno está associado principalmente pela disponibilização de mão-de-obra familiar, causada pela modernização/mecanização do processo produtivo, além da necessidade de complementação de renda familiar em função da queda e deterioração dos preços das *commodities*, e pelo aumento no custo de produção. Todavia, cabe ressaltar que estas mudanças também são recorrentes dos incentivos propiciados pelas políticas de apoio a diversificação e pelas mudanças no mercado de trabalho não-agrícola ocasionadas pela descentralização industrial.

2.3 PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O progresso técnico na agricultura teve e tem diferentes concepções sobre o que os autores julgam a modernização e mecanização, o progresso e o desenvolvimento. A análise do progresso técnico na agricultura é marcada por dimensões de caráter intrínseco, onde muitos autores têm diferentes visões nesta transição, da técnica tradicional para a moderna. Na análise de Graziano do Silva (1999), o progresso técnico da agricultura teve como objetivo superar obstáculos impostos pela natureza, criando condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Esta modernização (base técnica) seguiu quatro linhas, a saber; o da mecânica (máquinas e implementos); a físico-química (agrotóxicos, insumos e adubos); a agrônômica (manejo e produção) e a biológica (genética e melhoramento de plantas). Os três primeiros projetam um aumento na produtividade e redução no tempo de trabalho, possibilitando a incorporação de terras até então consideradas impróprias para a produção. A biologia (genética) permitiu a manipulação “interferir na natureza”, alterando o ciclo natural, tempo de produção, modificando geneticamente plantas e animais adequando-os aos interesses do capitalismo. De acordo com Graziano da Silva (1981):

[...] “com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os meios de produção criados pelo homem tornam-se progressivamente mais importantes do que aqueles colocados à sua disposição pela natureza. Assim, se num primeiro momento histórico pode-se falar somente de um aproveitamento dos recursos disponíveis, logo em seguida, graças ao progresso tecnológico observa-se um salto qualitativo no processo produtivo, tornando-se a produção cada vez mais independente das travas impostas pelas condições naturais” (apud PLEIN, 2003. p.52).

Outros autores como Paiva (1975) centram sua análise no progresso tecnológico, explicitando que o desempenho do Estado na promoção do desenvolvimento tecnológico no mundo rural, como elemento fundamental neste progresso técnico. No entanto considera uma dualidade neste processo (duas fases), a primeira de “adoção” de tecnologias partindo da própria racionalidade e necessidade do agricultor. Este de caráter micro-econômico, que diz respeito ao processo de decisão direta do agricultor, que julga ter perspectivas de vantagens econômicas ao substituir suas técnicas, levando em conta a relação custo/benefício e a dificuldade e os sacrifícios para esta mudança. A segunda fase, de “expansão” de novas técnicas, onde estes novos agricultores vão aderir a essa tecnologia, este um processo de nível macroeconômico e só acontece com uma efetiva ação do Estado através de políticas públicas de crédito e assistência técnica que fomenta a adoção de tecnologia pelos agricultores.

Segundo Ploeg (1992) a modernização da agricultura segue frequentemente a rota de externalização pela qual um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho agrícola e são assim tomadas por organismos externos. Contudo, a modernização da base técnico-produtiva gera novas demandas pelo agricultor, como técnicas modernas de manejo e cultivo, o uso de máquinas e equipamentos, de sementes melhoradas, de fertilização química e o uso de defensivos agrícolas. Contudo, este processo de modernização da base técnico-produtiva para Graziano do Silva (1990) e Ploeg (1992) também é chamado de cientifização, ou seja, a agricultura começa a internalizar a técnica desenvolvida pela ciência para a produção agropecuária. Como Ploeg (1992) definiu:

“por cientifização entendendo a reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas segundo os caminhos traçados por desenho de caráter científico. Por meio da cientifização se cria uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola” (apud GAZOLLA, 2004. p.34)

No bojo deste processo de modernização a relação entre indústria e agricultura cria-se um fenômeno chamado de apropriação, que consiste na apropriação de (elementos do processo de produção) atividades discretas que estão em constante transformação da produção artesanal. Estes se tornam suscetíveis de reprodução industrial, sendo apropriados pelos capitais industriais e reincorporados na agricultura como insumos ou meios de produção, mas estes são totalmente do processo de avanço da ciência e tecnologia, sendo um processo parcial e descontínuo, mas que atua em diferentes setores com a estratégia de explorar novas oportunidades de acumulação de capital (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

O processo de modernização se deu sem que a estrutura⁴ da propriedade rural fosse alterada, agravando a disparidade social e a exacerbar os “métodos” de exploração da população do campo e conseqüente reflexo na disponibilização de mão-de-obra para as indústrias urbanas. Isto é, tornou-se dependente a recursos controlados por outros atores que privilegiam a produção especializada via integração vertical e *commodities* agrícolas, demonstrando-se concentrador e excludente. Contudo, a agricultura cumpriu um papel fundamental neste processo fornecendo o “exército de reserva”⁵, a produção de alimentos baratos, baixando assim o custo da reprodução da força de trabalho urbana e possibilitando a manutenção dos baixos salários. Que reflete para o desenvolvimento urbano-industrial do país, conseqüentemente a acumulação de capital (MIELITZ; MELO, 2009).

⁴ Também chamada de modernização conservadora, devido à alteração na base técnica da produção, porém se mexer na estrutura fundiária do país.

⁵ Mão-de-obra, força de trabalho local que ocupa geralmente os subúrbios das cidades, tem sua origem no êxodo rural.

Na atual conjuntura da agricultura familiar devido a sua inserção com o mercado, o agricultor, segundo Ploeg (1992), passa a ficar cada vez mais dependente das relações mercantis as quais anteriormente eram desenvolvidas pela própria família, onde o ápice desse processo passa a ser a produção para fins comerciais. Este ápice está diretamente ligada à modernização agrícola ou chamada de “revolução verde”, processo induzido pelo Estado de maneira a cumprir importantes papéis na economia do país. Reflexos do mesmo processo de modernização, o qual visava à homogeneização rural em favor do “desenvolvimento” trouxe no seio desta modernização à pobreza, a violência, a fome, o abandono e a incapacidade do Estado em amenizar (resolver) estes novos problemas modernos.

Por haver uma vasta e considerável bibliografia acerca do tema da modernização agrícola, fez-se uma breve digressão das principais transformações ocorridas e o papel que o progresso técnico gerou para este tema. Sendo assim, caberia uma infinidade de informações a serem analisadas, poder-se-ia desviar do principal foco deste trabalho.

2.4 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO

O processo de mercantilização se intensificou principalmente pela modernização da agricultura, em que a produção passou a ser cada vez mais externalizada e dependente do mercado. Para Graziano da Silva (1999) a mercantilização possui um sentido de “modernização”, pois o processo técnico teve crescente influência na orientação dos processos produtivos, ou seja, a mercantilização é um processo de intensa e progressiva externalização. Para Ploeg (1992) e Gazolla (2004), a mercantilização da agricultura se corporifica materialmente através da externalização, da cientificação e da dependência estrutural ao mercado dos agricultores, seja para executar a sua produção agrícola e/ou sua reprodução social. Assim, a mercantilização se apresenta pela subjugação do agricultor familiar ao mercado, pela externalização e cientificação da produção agrícola e nas diferentes relações mercantis que os agricultores se inserem. A mercantilização foi responsável por inserir os agricultores num universo de relações sociais que gradativamente redefiniu a sua lógica de reprodução social.

A mercantilização é percebida como um processo social composto por elementos dinâmicos, os quais são necessários para a análise do processo social sendo necessária a associação entre as características do processo de mercantilização e a trajetória histórica do

desenvolvimento agrícola familiar local. Entretanto, cabe ressaltar que, na região colonial o processo de mercantilização se deu muito antes do advento da modernização agrícola, mesmo com uma economia de excedentes, os colonos praticavam, de forma quase que esporádica uma inserção com o mercado.

A partir da crise instaurada no sistema agrícola colonial, cresce a integração dos agricultores com o mercado principalmente através da compra de insumos para um aumento na produtividade, já que a maioria dos solos estava esgotada sua produtividade. O processo de mercantilização então se intensificou principalmente pela modernização da agricultura, a qual o agricultor passa a demandar de fatores externos para produzir e gradativamente aumenta sua interação com o mercado, seja para comprar mercadorias, ou, para vender suas mercadorias (produção). Esta vinculação torna-o cada vez mais externalizado/mercantilizado, pela compra de equipamentos e utensílios destinados a um melhor aproveitamento da força de trabalho devido à redução do número de membros no grupo familiar. Também pelo acesso ao crédito, assistência técnica e pelo crescente aumento na integração vertical. A partir desse momento a agricultura familiar passa por grandes transformações sociais, econômicas e culturais devido a sua inserção e “dependência” do circuito mercantil. Contudo, “o processo de trabalho agrícola, através da crescente mercantilização, torna a reprodução que antes era autônoma (agricultura camponesa ou agricultura colonial) cada vez mais externalizada e dependente do mercado” (PLOEG, 1992 apud PLEIN, 2003:48).

Ploeg (1992) afirma que o resultado fundamental da externalização acaba por separar dos próprios agricultores o controle de sua unidade de produção, ou seja:

“[...] as tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o manto do próprio agricultor, passam a ser coordenadas agora mediante a troca mercantil e por meio do sistema recém estabelecido de relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente não somente afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1992. apud NIEDERLE, 2007. p.47).

Segundo Conterato (2004. p.16), “mercantilização é um o processo de externalização das relações de produção, onde o agricultor se torna dependente com o ambiente social e econômico seja para comprar insumos e produtos, seja para vender a produção após um ano de trabalho”, isto é, tornou-se dependente a recursos controlados por outros atores. Entretanto, Ploeg (1992) denomina que o processo de mercantilização implica tanto na externalização ou transferência de etapas do processo produtivo, as quais anteriormente eram desempenhadas no interior da propriedade para fora delas, como a influencia do mercado nas relações e ações dos indivíduos. Diante deste contexto, a crescente inserção mercantil, pode acabar

influenciando e até, conforme o caso, determinando o modo de produção, operação e a reprodução social das unidades familiares. Segundo Niederle (2007) o significado do processo de mercantilização pode ser compreendido pelo papel que o mercado tem em transformar todas as coisas em mercadoria, e em sua tarefa de tornar independente das pessoas o resultado de seu trabalho, fazendo dos vínculos humanos unicamente possíveis mediante pela forma social da mercadoria e do dinheiro, nesta ótica as relações mercantis sempre são alienantes. Niederle (2007) considera que a mercantilização é uma disputa pelo controle dos principais recursos a serem utilizados no processo produtivo, pelo domínio do próprio mercado.

De modo sintético podemos afirmar que a produção voltada para o mercado passa a comandar o processo produtivo, a qual anteriormente para os colonos era esporádica pela venda de excedentes. No entanto, fatores de produção também passam a ser adquiridos fora da propriedade, como sementes, insumos, agrotóxicos, máquinas, equipamentos, assistência técnica entre outras tecnologias do processo de modernização agrícola. Neste momento, fecha-se um círculo, onde a produção passa a depender de fatores a montante e a jusante da porteira, ou seja, depende da venda da produção para o mercado e de fatores para poder produzir (CONTERATO, 2004).

Para Polanyi (2000), a crescente inserção no circuito capitalista inverte a ordem natural das relações sociais, as quais passam a ser definidas pelas relações econômicas ao invés das relações sociais definirem as relações econômicas. Desta forma a motivação de lucro passa a substituir a motivação de subsistência. Este novo padrão de relação social elimina antigos laços de relacionamento social, como as relações de reciprocidade, os quais são substituídos pelas relações mercantis de troca instantânea.

Ao considerarmos o processo histórico da mercantilização, encontramos formas de agricultura heterogêneas em paisagem local/regional aparentemente homogênea. Constata-se então, que o processo de mercantilização interfere na capacidade de diversificação das estratégias e estilos de agricultura. Ploeg (1990) afirma que o resultado do desenvolvimento capitalista produz uma heterogeneidade estrutural, ao contrario da corrente ortodoxa e marxista que acentuava a especialização e sua uniformização (homogeneização). Segundo Conterato (2004) a mercantilização pode ser entendida como um amplo processo de mudança social, não se restringindo somente a produção agrícola, mas também a todo meio rural. Portanto, cabe ao grupo familiar a capacidade e a possibilidade de decisão no uso de seus recursos (terra, capital, trabalho), ou sua inserção em mercados não-agrícolas. Contudo, a

unidade familiar contínua representando um universo impar de integração tríade entre propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 2003). Assim, mantendo vivos os valores, as tradições, as relações sociais e econômicas, que se mantêm como elemento principal na sua reprodução social.

Autores como Sabourin (2009), Conterato (2004), Grisa (2007), Niederle (2007), se inserem em uma temática, que mesmo em um contexto mercantilizado, a família não altera seu caráter familiar. É importante lembrar que embora sofram alterações, este processo não elimina as bases familiares ao qual o grupo se assenta. Sendo assim, sua reprodução social esta mais relacionada a seu modo de vida do que suas relações mercantis, pela capacidade do estabelecimento de estratégia de resistência. Como a produção para o autoconsumo, a não separação da força de trabalho e meios de produção, a lógica não-capitalista de acumulação, as relações de reciprocidade e consangüinidade, as variações na intensidade do trabalho, êxodo de membros da família ou diversificação na produção. Enfim, inumeráveis alternativas de garantir e viabilizar a reprodução da unidade familiar. Contudo, as estratégias conduzem a uma relação simétrica a montante e a jusante da unidade familiar como resposta a pressão externa. Assim, a reprodução social esta ligada diretamente a forma de produção e reprodução da unidade familiar, e a reprodução dos indivíduos dentro das mesmas, mediante as estratégias individuais ou coletivas colocadas em prática (PLEIN, 2003).

“A reprodução é considerada um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, sendo que esta perpetuação ocorre através de transformações e adaptações, e o sistema social deve ser considerado em toda sua diversidade e complexidade”. (RAYNAUT, 1994. apud PLEIN, 2003. p.53)

“A reprodução é um processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração, sendo o grupo domestico seu mecanismo central, o qual tem, simultaneamente, uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo”. (FORTES, 1971. apud PLEIN, 2003. p.53)

A lógica do mercado pela busca de lucro e rentabilidade é um imperativo ao qual o agricultor não tem como escapar. Ao mesmo tempo, que o processo histórico tem demonstrado um crescente aumento no grau de mercantilização das unidades familiares, surgem estratégias para lograr êxito da inserção mercantil a fim de garantir o processo de reprodução social. Similarmente, Navarro (2002) destaca que o processo de mercantilização, além de conformar novas formas de produção e trabalho, foi responsável por criar uma nova atmosfera de relações sociais, culturais e simbólicas, gradualmente materializadas em uma nova sociabilidade. Assim, a mercantilização reorganizou a unidade produtiva e as relações sociais, alterando o modo de produzir e de viver das famílias agricultoras.

A formação de diferentes estilos de agricultura vem a ser um processo de resistência frente ao processo de mercantilização, decorrente da modernização da base-técnica a qual passou a agricultura. Assim,

[...] novos estilos de agricultura emergem da capacidade de resistência contida dentro da agricultura. Os agricultores usam a maleabilidade d processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante de modernização. (PLOEG, 2003. apud NIEDERLE, 2007. p.60)

Os agricultores têm a incumbência de formular suas estratégias para neutralizar, minimizar, resistir ou por vezes acelerar sua inserção mercantil de acordo com sua condição social e econômica que vise à reprodução social.

3 O PROCESSO HISTÓRICO: A FORMAÇÃO DE NOVA PETRÓPOLIS/RS

A história nos começa a ser contada a partir de 1854, com a chegada dos primeiros imigrantes germânicos para esta nova terra. Para entendermos um pouco mais, Nova Petrópolis foi criada como “Colônia Provincial”, pelo então Presidente da Província o conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, por questão de logística para servir de entreposto entre a capital e a ligação com os Campos de Cima da Serra. As bases socioeconômicas de Nova Petrópolis foram definidas com a organização de pequenas propriedades rurais, na época de sua criação como Colônia Provincial em 1854, sendo encaminhadas para a região do Vale do Caí os imigrantes pomeranos que ali receberam seus lotes de terras. A realidade encontrada, não foi aquela que lhes fora prometida pelos agentes de imigração, abandonados em meio à mata, a floresta teve que ser vencida, assim somente começou uma agricultura de subsistência nos primeiros anos e um sistema de produção totalmente a força manual (PICCOLO, 1989).

A divisão dos lotes⁶ geralmente obedecia a regras geográficas, de forma a todos os lotes apresentarem estruturas parecidas devido à topografia do terreno. Sendo assim, as linhas ou travessões eram os caminhos abertos na mata, a qual serviria de estrada e linhas de comunicação. Estas linhas seguiam os fundos dos vales ou o topo dos morros, onde de cada lado da linha estão alinhados os lotes, os quais eram estreitos ao longo da picada/estrada ou do rio e se estendiam numa longa faixa retangular para o fundo. Este modelo de divisão dos lotes permitia que todos dispusessem das mesmas características para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, com parcelas planas, outras onduladas e algumas íngremes/acidentadas.

“os pomeranos provinham da região oriental da Alemanha onde predominava a grande propriedade rural. Lá se havia conservado por mais tempo o regime feudal. Os emigrantes, quase todos, provinham das famílias dos agregados e eram bons trabalhadores. Estes uma vez no Brasil, por causa de sua grande capacidade e dedicação ao trabalho, somadas a fertilidade do solo, em pouco tempo, em via de regra tornaram-se colonos abastados. Exemplo característico disto é o lugar chamado São José do Caí.” (PICCOLO, 1989. p.55)

Segundo Schneider (1999 p.25) “A diversidade do meio físico em que se alojaram os pioneiros foi um dos fatores motivadores da solidariedade.” Sendo esta forma de organização local indispensável e de fundamental importância para a sobrevivência dos colonos e seu

⁶ O tamanho médio dos lotes era variado, de acordo com as características e acidentes do terreno segundo a Lei Provincial Nº 304, de 1854, tendo por base a Lei Geral Nº 601, do Império. Em termos gerais os tamanhos variavam de 45 a 50 hectares. Contudo, alguns lotes mais acidentado chegaram a ter 75 hectares (PAZ, 2006).

posterior desenvolvimento. Para Piccolo (1989 p.56) “umas das leis fundamentais era a reciprocidade, devido ao abandono que foram entregues os imigrantes, que passaram por dias meses e muitos há anos em meio a matas virgens sem estradas, sem comunicação, sem amparo algum, passando por angústias indescritíveis”. A reciprocidade era compreendida na expectativa tácita e natural de que tudo será compensado, se recebeu um favor, ajuda ou qualquer outro benefício, sente-se na obrigação de retribuir da mesma medida do possível, nem sempre retornando o que recebeu, mas oferecendo algo correlato em troca. Destaca-se a cooperação na ajuda para a construção de casas, na ajuda na época da colheita ou da capina, o empréstimo de ferramentas e principalmente no ato de “presentear” o vizinho com alimentos. Esta lógica de reciprocidade também é aplicada em casos de conflito na retribuição dos danos e ofensas causadas.

O *Kerb*, existente até hoje, embora com outras características, é sem dúvida o principal símbolo da sociabilidade do modo de vida colonial dos imigrantes alemães. Este se constitui em uma festa lúdico-religiosa a qual acontece uma vez ao ano em cada comunidade em uma mesma data⁷. O objetivo desta festa é agradecer e homenagear⁸ o sucesso e a fartura das colheitas, sobretudo promover o encontro de amigos e familiares que por muitas vezes estão longe da comunidade. Para Schneider (1999 p.23) o *Kerb* “caracteriza com extrema fidelidade os traços da sociabilidade do modo de vida colonial”.

Os colonos de Nova Petrópolis não foram mais beneficiados pela doação de seus lotes, como as primeiras levas que chegaram a São Leopoldo a partir de 1824. Pela promulgação da Lei nº601, de 18 de setembro de 1850, a Lei das Terras proibia a aquisição das terras devolutas por outro título, exceto pela compra. Sendo assim, receberam a concessão da terra por três anos, e ao final deste tempo era exigida a quitação dos débitos⁹. Com uma agricultura de subsistência nos primeiros anos e com sistema de produção totalmente a força manual, seus principais produtos eram milho, feijão, batata, trigo, arroz, amendoim e alguns outros produtos. Suas criações eram principalmente galinhas e porcos, tendo raramente algumas cabras e vacas. (PAZ, 2006). Para Schneider (2002), este período histórico corresponde a fase

⁷ A celebração do *Kerb* sempre se dá num determinado final de semana do mês e em alguns casos, x número de finais de semana depois da Páscoa.

⁸ Para muitos imigrantes católicos o final de semana do *Kerb* consiste em homenagear o santo-padroeiro e para os protestantes consiste no marco da fundação da igreja em sua comunidade. As igrejas protestantes são a Igreja Evangélica de Confissão luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica luterana do Brasil (IELB).

⁹ Parte desta dívida adquirida pela aquisição dos lotes pode ser paga através da prestação de trabalhos para a abertura de novas estradas e a construção de pontes, as quais poderiam permitir o escoamento dos excedentes de produção, bem como a comunicação com outros mercados e a capital.

da ocupação do lotes e assentamento dos colonos, onde se praticava uma agricultura de corte/derrubada e posterior queimada, com a esporádica comercialização de seus excedentes.

“Desde o início, os agricultores organizavam a sua produção para o mercado, mesmo porque necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar a manutenção familiar. Isto era conseguido, não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo ou a criação para o mercado” (PIRAN, 2001. apud GAZOLLA 2004. p. 31)

O isolamento nesta época era desolador, pois o único acesso se dava através de picadas¹⁰ abertas em meio à mata que somente permitia a passagem a pé ou a cavalo. Este isolamento somente foi quebrado 1870, com a construção da primeira estrada carretável até o Porto Guimarães (hoje São Sebastião do Caí) e posterior ligação em 1887, à Novo Hamburgo, através da estrada Presidente Lucena, nome dado em homenagem a Henrique Pereira Lucena, então Presidente da Província. Radomsky (2006) considera que as práticas de reciprocidade e interconhecimento entre os colonos foram fundamentais para romper o isolamento e contribuir para o fortalecimento de laços sociais. A partir desta ligação, teve-se início unidades de produção como moinhos, engenhos, um curtume e uma fábrica de carretas agrícolas e setor agrícola teve um grande crescimento. Segundo Piccolo (1989), somente no final do século XIX, teve início a tração animal leve, e conseqüente aumento da produtividade do trabalho, assim avançaram sobre a mata ampliando a área cultivada e introduzindo novos cultivos. Os principais produtos nesta época eram o milho, feijão, batata, mandioca e começou a se destacar trigo, fumo, centeio, cevada, a banha entre outros produtos.

“Em julho de 1860, tendo como base o ano agrícola, a produção da Colônia de Nova Petrópolis foi de 1.200 sacas de milho, 80 sacas de feijão e 433 de batata-inglesa. Com uma exportação de 1:300\$000 e uma importação orçada em 1:571\$000. Possuíam ainda 94 animais cavalares, 3 muares e 105 cabras. Em 1862, destacam-se como principais culturas o milho, feijão, batata e novas culturas como centeio, trigo, cevada, fumo e mandioca. Possuíam 215 cavalos, 310 cabras, 962 porcos, um boi e 2530 aves. Em 1866, na abertura da 1ª sessão da 12ª legislatura, em 3 de novembro, foi apresentado um relatório mais completo do quadro de Nova Petrópolis. O qual possuía 450 cavalos, 120 mulas, 40 bois, 250 vacas, 5.500 porcos, 300 cabras e mais de 7.000 aves. Sua produção era basicamente de milho, feijão, trigo, centeio, linhaça, amendoim, fumo e banha. Neste relatório foi apresentado um perfil da população masculina sendo composta por: 172 lavradores, 2 moleiros, 1 curtidor, 5 ferreiros, 2 tanoeiros, 2 carpinteiro, 4 pedreiros, 4 sapateiro, 5 alfaiates, 3 oleiros, 7 tecelões, 5 marceneiros, 4 charuteiros e 2 negociantes”. (fonte: arquivo histórico municipal de Nova Petrópolis)

“Em 1880, a Colônia de Nova Petrópolis, apresenta o seguinte relatório dos novos dados. A população total era de 2.185 indivíduos, sendo 883 nacionais e 1.290

¹⁰ O termo designa originalmente uma trilha ou linha aberta na mata, ao longo do qual se dispunham os lotes para os imigrantes. Entretanto, este termo passou a designar um território, uma localidade, uma comunidade, designando uma vizinhança rural com sua igreja, escola, casa de comércio e sua sociedade recreativa. Tanto que, atualmente se encontram muitas comunidades e municípios com o primeiro nome de picada. Exemplos na região o município de Picada Café, as localidades de Picada Cará, Picada 48, Picada Feijão entre tantas outras.

alemães, sendo 1.124 homens e 1.061 mulheres. Os quais constituíam 460 famílias ocupando-se basicamente da agricultura. Tendo uma exportação avaliada em 111:500\$000 e uma importação em 75:000\$000. Tendo como principais reivindicações a construção de estradas e pontes, indispensável para o desenvolvimento da colônia”. (fonte: arquivo histórico municipal de Nova Petrópolis)

A criação de suínos teve um importante papel no desenvolvimento local, onde primeiramente eram conduzidos até Novo Hamburgo e São Sebastião do Caí para serem abatidos. A partir de 1908, com a implantação da “fábrica de banha” (beneficiamento de banha) em Nova Petrópolis, puderam agregar valor ao seu produto. Schneider (2002) destaca que a partir da década de 1910 e principalmente após a I Guerra Mundial, as colônias da Serra Gaúcha marcam o surgimento de atividades comerciais, as quais têm fundamental importância econômica para a agricultura e as economias locais. A produção agrícola desde a chegada dos imigrantes até meados da década de 30, girava principalmente para a alimentação dos porcos, cujo objetivo principal era a produção e a comercialização da banha. A banha era produzida pela criação de porcos de pelo preto, especiais para banha (*Spekschwein*), tendo sua alimentação a base de lavagem (*Saufen*), que eram os restos alimentares da casa e pelo cozimento de abóboras, batata, mandioca, sal e água em grandes panelas de ferro chamadas de *Saufentopf* ou em tachos. Também eram tratados in natura com espigas de milho, pasto verde, mandioca, batata entre outros. Eram criados soltos em piquetes, o qual continha um pequeno telhado para se protegerem. Os porcos eram tratados por aproximadamente dois anos até atingirem seu peso final, isto é, ter acumulado uma grande quantidade de banha, para então serem abatidos.

O processo para a extração da banha consiste no cozimento do toucinho em tachos, assim tem-se a separação da banha e do torresmo. A banha é acondicionada em latas de 20kg (*Schmalzblech*) e o torresmo vai para uma prensa (*Schmalzpress*) a qual é utilizada para extrair o excesso de óleo do torresmo, e assim produzindo o “bolo de torresmo”. Nesta hora, costumavam fritar o excedente de carne e guardar dentro das latas de banha. Este método de conservação dentro da banha poderia conservar a carne por até três meses, visto que nesta época não havia outra forma de armazenar os alimentos. O excedente de banha produzido era transportado até as casas comerciais (vendas), onde era comercializado. O comerciante (*Geschäftsmann*) comprava a banha em troca de produtos de primeira necessidade como sal, café, tecidos, calçados, utensílios etc. assim como a banha, os porcos também eram tropeados até o Porto Guimarães, onde eram embarcados em barcos ou trem, que os levariam até Porto Alegre ou até São Paulo, grandes demandantes do produto.

A década de 30 é marcada na história local por dois fatores distintos, o primeiro tem-se o início de uma crise pela fragmentação das propriedades pela partilha por herança e ao esgotamento produtivo do solo, forçando muitas famílias e filhos de imigrantes a migrarem para outras regiões, principalmente para a região do Alto Uruguai. No final da década de 30, foram iniciadas as obras da construção da Estrada Federal (BR-116), que ligaria a capital com os Campos de Cima da Serra, sendo concluída em 1944, sendo um marco fundamental para o desenvolvimento local e regional.

“o sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. Ou seja, a forma do uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso só foi possível enquanto havia terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada (SCHNEIDER, 1999:87)

Ao final da década de 70, há uma ruptura na forma social familiar, o clímax se dá com a chegada dos micro-tratores, que substituem a tração animal e pelo uso da quimificação, uso de sementes importadas e uso de fitossanitários. A antiga produção diversificada se desloca para a produção exclusiva da horticultura. Tem papel fundamental à localização geográfica desta região de várzea que se encontra a margem esquerda do Rio Caí, com grande potencial hídrico para irrigação e sua proximidade com a cidade de Caxias do Sul, para onde é escoada basicamente toda a produção. Além da modernização da agricultura, que levou muitos pequenos agricultores a proletarização, a serem “Colonos/operários” como se refere Schneider (2003), a “Industrialização difusa” foi um dos principais fatores que remodelaram a estrutura rural/urbana do Município durante as últimas duas décadas. Com a implantação de indústrias coureiro/calçadistas em Nova Petrópolis e Picada Café, este emancipado do anterior na década de 90, constitui-se a segunda fase da desruralização local. Segundo Schneider (2003) a “industrialização difusa” foi o fator que transformou a realidade com o aparecimento das “Zonas Peri - Urbanas” (empresas instaladas em pequenos municípios ou localidades de base agrícola) com a possibilidade de “recrutar” força de trabalho, em geral filhos de colonos das regiões próximas as empresas. Por serem de famílias rurais são disciplinados a respeitar a hierarquia, assim tornam-se trabalhadores/operários mais suscetíveis a controles disciplinares da indústria.

Neste aparecimento das “Zonas Peri - Urbanas”, destaca-se a comunidade de Linha Temerária, que se tornou uma vila pela implantação de um curtume (hoje fechado), um abatedouro de suíno-bovinos e uma unidade de produção de mudas (floricultura), a qual emprega um grande número de trabalhadores. A indústria mais recente está localizada na comunidade de São José do Caí, onde uma empresa têxtil se instalou a poucos anos, visando

aproveitar a mão de obra local, mas esta se diferencia das demais localidades, por trabalhar em turnos. Membros das famílias agricultoras, oportunamente, trabalham um turno em sua propriedade e um turno na empresa, que até o momento não houve alteração na comunidade ou aglomerações em torno da fábrica.

Este processo de desruralização trouxe grandes transformações na realidade rural, como principal impacto hoje se apresenta o grave envelhecimento da população rural. Segundo Wong (2006) a migração interna desempenha papel importante na definição das estruturas etárias regionais, onde fluxos intensos nas idades economicamente ativas, o que significa seletividade por idade, contribuirão para exacerbar o processo de envelhecimento nas áreas de origem. Podemos constatar este fato em Nova Petrópolis, através do sindicato rural constata-se que mais da metade dos seus associados e residentes no meio rural são aposentados, outra grande parcela esta com idade superior a 40 anos e um percentual hoje de pouco menos de 10% são de jovens ou com idade de até 39 anos. Todos estes reflexos fazem com que em todas as propriedades, grandes parcelas de terra são destinadas ao “pousio¹¹”. Estas situações fazem surgir a acaciocultura, que segundo Schneider (2003) passa a ter um papel importante para os “colonos/operários” e demais famílias agricultoras na região, pois passa a ser para muitos a principal cultura comercial e para outros, importante fonte de renda complementar da família. A acaciocultura teve sua emergência principalmente pela exigência de pouca mão-de-obra e a dispensa de cuidados de manejo após o primeiro ano. Assim, possibilita o agricultor ter remuneração de outros tipos de atividades econômicas, enquanto a terra permanece produzindo, ou seja, a floresta de acácia desenvolve-se.

O impacto foi tão grande no Distrito do Vale do Caí, que praticamente todos os agricultores em idade de trabalho deixaram de trabalhar em suas propriedades e tornaram-se assalariados, com a ideia e a garantia de que cada final de mês teriam direito aos seus rendimentos (salário), ao contrário do meio rural, onde somente receberiam seus rendimentos com a venda de seus produtos no final da safra e ainda teriam que contar com a sorte de fatores climáticos para uma boa produção. Nesta análise, o distrito do Vale do Caí, antes do

¹¹ Fator este que esta relacionado com o abandono das terras pela questão do terreno ser muito acidentado; pela diminuição de força de trabalho na unidade familiar; pelo envelhecimento do grupo familiar; pela incompatibilidade de trabalho pois exerce atividade remunerada. Todos estes são fatores que levam ao abandono das terras ao pousio. Desta forma regenerando grande parte da floresta anteriormente desmatada. Atualmente segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura, realizados por fotos de satélite, comprovam que o Distrito do Vale do Caí compreende um cobertura vegetal superior a 80% de sua área. Muito diferente da encontrada no final da década de 70, aonde a cobertura florestal chegou a ficar abaixo dos 20%. (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Petrópolis. Plano municipal de gerenciamento ambiental. Protocolo n°1168/2005).

processo de “desruralização” abordado por Schneider (2003), apresentava em torno de 250 propriedades agrícolas. A comunidade de São José do Caí, conta atualmente somente com 26 propriedades em atividade agropecuária, de um total de 58 propriedades.

3.1 OS “*MUSTERREITER*”, OS CAIXEIROS-VIAJANTES

Os caixeiros-viajantes tiveram importante papel na região, pois “era a notícia, era o banco, era o correio, o *Musterreiter* de então, era o elo de ligação entre a capital e a colônia, um elemento de integração” (TEMPEL, 1974. p.182). Os caixeiros-viajantes resultaram de uma estratégia de grandes casas comerciais de Porto Alegre, para dinamizar suas vendas. Os *Musterreiter* circulavam na região colonial com suas tropas de mulas levando produtos e as novidades para abastecer as casas comerciais das colônias.

Os colonos ao conseguirem seus primeiros excedentes de produção, procuravam as casas comerciais ou popularmente conhecidas com “Vendas” para negociar seus produtos. O sistema de comercialização era à base de escambo¹² de seus produtos, por artigos de que necessitavam. O sistema de comercialização era todo registrado pelo comerciante em “cadernetas”, de créditos e débitos, resultante do processo de troca. Contudo, quando havia dívidas pela aquisição dos lotes, o saldo a receber era utilizado para este pagamento junto à administração da colônia (PAZ, 2006). Muitos comerciantes locais nesta época organizavam seus próprios “cargueiros”, formados por mulas e cavalos, realizando o transporte dos produtos coloniais e na volta trazendo artigos e mercadorias dos centros urbanos para serem revendidos aos colonos.

¹² Sistema de troca-troca de mercadorias, característico desta época pela quase ausência na circulação de dinheiro em espécie.

4 A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ.

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

A pesquisa foi realizada no Município de Nova Petrópolis/RS, tendo uma população de 19.058 habitantes (IBGE, censo 2010), sendo 4.911 residentes no meio rural. Tem como recorte a comunidade de São José do Caí, a qual apresenta um elevado grau de mercantilização nas 26 propriedades rurais em atividade. A caracterização sócio demográfica das famílias agricultoras da comunidade de São José do Caí, tem como objetivo apresentar alguns aspectos importantes relacionados com o ambiente familiar. Busca-se entre outros aspectos analisar o número de pessoas residentes por estabelecimento, estratificar a idade dos membros do grupo familiar e sua escolaridade.

No que se refere ao número de membros por estabelecimento, a média geral ficou em 06 membros por família. Tendo um desvio mínimo de 05 membros à família com menor número de membros e de 08 a família de maior número. Verifica-se desta forma conforme a tabela 01, que há um alto índice de membros idosos no grupo familiar, correspondendo a 25% de indivíduos com mais de 61 anos. O que vem a demonstrar a diminuição de estratos com idade menor de 15 anos, que corresponde a somente 11,12% do total de indivíduos.

Tabela 01 – Idade dos membros do grupo familiar da comunidade de São José do Caí.

| Idade | Nº | % |
|---------|----|-------|
| 0 – 14 | 04 | 11,12 |
| 15 – 30 | 07 | 19,44 |
| 31 – 45 | 09 | 25 |
| 46 – 60 | 07 | 19,44 |
| 61 – 90 | 09 | 25 |
| Total | 36 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Em um primeiro momento, ao considerar a idade dos indivíduos com mais de 46 anos, que corresponde a aproximadamente 45% do total, relacionados ao último censo IBGE (2010), na taxa de expectativa de vida de 75 anos. Isto vem a indicar um intenso processo de envelhecimento da população rural, a qual está relacionada ao extrato do grupo de menor de 15 anos. Constata-se um sério problema relacionado à dinâmica de sucessão patrimonial. Em relação a estas famílias agricultoras, verificou-se o fato da idade relativamente alta dos chefes

da família, a diminuição¹³ ou mesmo em alguns casos a ausência filhos em casais com idade inferior a 30 anos. Não obstante, na maioria dos casos os filhos demonstram pretensão a estudar e trabalhar nos centros urbanos. Segundo o relato abaixo, que demonstra a preocupação do chefe da família quanto o futuro da propriedade.

“Acho que a produção continua até quando vamos parar de trabalhar, até quando dá... e depois para a produção... pois os filhos não querem saber da roça... é muito sofrido. Tu tem que investir muito, e conta com a sorte prá dá alguma coisa... já na fábrica, o dinheirinho é certo todo final de mês”. (Entrevista nº04)

Um aspecto importante em relação à caracterização das famílias agricultoras da comunidade de São José do Caí está relacionado ao grau de escolaridade dos membros do grupo familiar. Conforme os dados da tabela 02 merecem destaque o fato que 58,33% dos indivíduos não possuem o ensino fundamental. Segundo os próprios agricultores, o fator pelo baixo nível de instrução se deve principalmente a questões ligadas a necessidade de mão-de-obra no sistema colonial, impedindo desta forma que os jovens frequentassem as escolas por mais tempo. Outro fator que contribuiu para este baixo nível corresponde que as escolas nas comunidades rurais ofereciam no máximo até o 5º ano e o restante do ensino deveria ser completado na cidade. Desta forma, impossibilitando muitos a continuar seus estudos pela distância a ser percorrida até a escola, já que nesta época, ao contrário de hoje, não havia transporte escolar que se passa em frente a casa.

Tabela 02 – Escolaridade dos membros do grupo familiar da comunidade de São José do Caí.

| Nível de Escolaridade | Nº | % |
|------------------------|----|-------|
| Fundamental incompleto | 21 | 58,33 |
| Fundamental completo | 03 | 08,33 |
| Médio incompleto | 01 | 02,78 |
| Médio completo | 08 | 22,22 |
| Superior incompleto | 02 | 05,56 |
| Superior completo | 01 | 02,78 |
| Total | 36 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Segundo Conterato (2004), no sistema da agricultura colonial a principal preocupação era dotar aos filhos a terra, já na agricultura mercantilizada isso não mais é possível pela indivisibilidade da propriedade, pela inexistência de novas áreas ou pelo seu alto valor imobiliário. Desta forma, busca-se para os filhos um melhor nível de instrução, levando os jovens a buscar os centros urbanos como forma de garantir sua reprodução social. Este fato

¹³ Relação com o número de filhos da geração anterior, onde facilmente eram encontradas famílias com 6,8 e até 12 membros, para a atual, a qual fica abaixo da média de dois filhos por casal segundo IBGE (2010).

pode ser relacionado num comparativo das tabelas 01, onde 58,33% possuem o ensino fundamental incompleto e aproximadamente 30% possui o ensino médio completo ou superior. Relacionado com a tabela 02, constata-se que aproximadamente 50% do total dos entrevistados possuem idade superior a 40 anos, a qual demonstra a assertiva acima de Conterato (2004) e as dificuldades encontradas na comunidade local no sistema colonial pelo baixo nível de instrução da população.

4.2 OS MEIOS DE PRODUÇÃO

Ao analisar as formas e condições de reprodução da agricultura familiar, é de fundamental importância a relação dos fatores de produção, ou seja, terra, capital e trabalho, os quais são elementos fundamentais para caracterizar o funcionamento das unidades de produção agrícolas (UPA's). Dentre destes fatores, um dos aspectos principais refere-se da forma como se dá o acesso a terra pelas famílias agricultoras, pois esta estratégia sempre se constituiu numa importante forma de reprodução da agricultura colonial. Cabe destacar que o acesso as terras se deu através de herança por partilha entre os herdeiros, gerando uma grande parcela de propriedades com uma estrutura fundiária que é incompatível para atender as condições básicas das famílias. Conforme a tabela 03, no universo pesquisado, somente 16,67% das famílias, o acesso à terra deu-se através da compra. Aparentemente este fato pode mascarar a verdade, pois como consta no capítulo 01, grande parte das propriedades da localidade está inativa. Através da pesquisa de campo, constatou-se que estas propriedades rurais tornaram-se refúgios denominados na região de chácaras. Estas geralmente adquiridas principalmente por pessoas da cidade de Caxias do Sul, com maior poder econômico.

Tabela 03 – Forma de acesso a terra das famílias agricultoras nos últimos 25 anos ou uma geração na comunidade de São José do Caí, Nova Petrópolis/RS.

| Propriedade | Herança | Compra |
|--------------|----------------|----------------|
| Nº1 | X | |
| Nº2 | X | |
| Nº3 | X | |
| Nº4 | | X |
| Nº5 | X | |
| Nº6 | X | |
| Total | 83,33 % | 16,67 % |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Segundo relatos dos entrevistados, a grande maioria das propriedades vendidas deve-se a herança por partilha, onde nenhum dos herdeiros possuía condições de aquisição das terras dos demais herdeiros. O agravante nesta situação, nesta disputa no inventário, a propriedade acabava sendo vendida de forma prematura, bem abaixo dos índices imobiliários. Cabe destacar outro ponto fundamental pela impossibilidade de acesso as terras, a grande valorização imobiliária¹⁴, esta por sua vez inibe a (re)abertura de novas unidades de produção. Trata-se de uma grande dificuldade para os jovens rurais sua permanência no meio rural, pois se necessita de altos valores financeiros para viabilizar a compra, a qual se torna inrentável devido às rendas a serem obtidas na atividade agropecuária a curto e médio prazo.

O que caracteriza a comunidade de São José do Caí é que a maioria dos agricultores familiares detém a posse de pequenas propriedades rurais com média geral de 20,83 ha conforme tabela 04. Pode-se considerar que a maioria destas propriedades chegou ao seu limite em relação à possibilidade de fracionamento e conseqüentemente a incapacidade de reprodução social da família agricultora.

Tabela 04 – Estrutura fundiária e Superfície Agrícola Útil (SAU¹⁵) das propriedades na comunidade de São José do Caí.

| Propriedade | Hectares | SAU/ha | % SAU |
|-------------|----------|--------|-------|
| Nº1 | 10 | 4,5 | 45 |
| Nº2 | 32 | 12 | 37,5 |
| Nº3 | 24 | 09 | 37,5 |
| Nº4 | 24 | 14 | 58,33 |
| Nº5 | 18 | 10 | 55,55 |
| Nº6 | 17 | 09 | 52,94 |
| Média geral | 20,83 | | 46,80 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Ao analisarmos a tabela 04, constata-se que 46,8% das propriedades são utilizadas para fins produtivos, estando o restante em situação de abandono ou impróprio para a atividade agropecuária devido ao terreno acidentado do Vale do Caí. Os dados da tabela 04 permitem considerar um relativo abandono de parcelas nas últimas décadas, desencadeadas principalmente pela falta de mão-de-obra no núcleo familiar. Não obstante, a mecanização

¹⁴ Na pesquisa de campo se constatou que uma propriedade de 24 hectares estava à venda, no entanto, entrou-se em contato com a imobiliária através do telefone que estava disponível na placa afixada de venda, consultou-se o preço, R\$ 240.000,00 pela propriedade com benfeitorias.

¹⁵ A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área em hectares da Unidade de Produção Agrícola (UPA) efetivamente explorada com atividades agropecuárias. Ou seja, a Superfície Total (ST) da UPA menos as áreas improdutivas ou que não estejam sendo exploradas no ponto de vista agrícola.

contribuiu para este “abandono” de parcelas que antes eram cultivadas, considerando-se o aumento no índice de produção em parcelas de várzea próprias as atividades agrícolas. Este “abandono” pode ser presenciado na relação da figura 02, que retrata a comparação da área de ocupação no final dos anos 80 com a figura 03 que retrata a atualidade de 2011.



Figura 02 – Foto da comunidade de São José do Caí, no final dos anos 80.

Fonte: Arquivo Histórico de Nova Petrópolis.



Figura 03 – Foto da comunidade de São José do Caí em 2011.

Fonte: pesquisa de campo 2011.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente de Nova Petrópolis, no Plano municipal de gerenciamento ambiental, sob Protocolo nº1168/2005, através de imagens por satélite, constata-se que 82% do território municipal é formado por cobertura vegetal¹⁶, sendo representada pelas parcelas de pastagens permanentes, reflorestamento/florestamento, mata nativa e recuperada. Isso demonstra que nas últimas décadas houve um considerável aumento na recuperação das áreas degradadas, principalmente aquelas parcelas de terreno acidentado. Nas últimas duas décadas a silvicultura se transformou em uma atividade de extrema importância para as famílias agricultoras na região. Segundo Schneider (2003) a acaciocultura torna-se um importante papel para os “colonos/operários”, pois passa a ser para muitos a principal cultura comercial e para outros, uma importante fonte de renda complementar. A acácia se tornou importante produto comercial, por ser uma fonte energética para as fábricas locais, pela necessidade destas em abastecer as caldeiras. Serve também como tanante vegetal, matéria prima extraída de sua casca e importante produto na indústria de curtimento de couros.

Nos últimos anos, o agricultor familiar teve acesso ao crédito farto para o investimento, principalmente em máquinas com grande parcela destinada a compra de tratores. A tomada de crédito para o custeio representa uma importante ferramenta para o financiamento da produção com a aquisição de insumos e sementes. Atualmente o PRONAF é a principal linha de crédito para a agricultura familiar da comunidade, a qual através da modalidade do Programa Mais alimento beneficia os agricultores a compra de máquinas e equipamentos a uma taxa de juros anuais de 2%, com três anos de carência para o início dos pagamentos do capital. Para sintetizar a importância do PRONAF na agricultura familiar no Município de Nova Petrópolis, segue na tabela 05 um demonstrativo do volume de crédito destinado aos agricultores familiares na modalidade de custeio e investimento disponibilizados, segundo relação de projetos elaborados pelo EMATER/RS, Nova Petrópolis. Segundo dados no site do portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Município de Nova Petrópolis possui um total de 985 DPAs, destas somente 802 encontram-se ativas.

¹⁶ Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente de Nova Petrópolis, no Plano municipal de gerenciamento ambiental, sob Protocolo nº1168/2005, à parcela destinada a pastagens praticamente não sofreu alterações nos últimos 20 anos. Contudo, as parcelas destinadas a atividade agrícola tiveram grande retração, sendo substituídas por reflorestamentos silvícolas e as demais abandonas.

Tabela 05 – Volume de crédito destinado a agricultura familiar pelo programa PRONAF, nos últimos 10 anos (período de 01/01/2001 à 28/06/2011) no município de Nova Petrópolis/RS.

| Nº projetos aprovados | Nº de agricultores beneficiados | Total de crédito em Reais. |
|-------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| 528 | 249 | R\$ 13.083.426,62 |
| Valor médio por projeto | | R\$ 24.779, 22 |

Fonte: Escritório EMATER de Nova Petrópolis.

Através das entrevistas de campo, pode-se identificar a importância desta forma de financiamento. Conforme a tabela 06 buscou-se identificar no universo da pesquisa o número de agricultores que tomaram crédito junto a instituições financeiras pelo PRONAF e/ou outras modalidades e sua finalidade.

Tabela 06 – Número de agricultores pesquisados da comunidade de São José do Caí que tomaram crédito junto a instituições financeiras pelo PRONAF e/ou outras modalidades e sua finalidade (ano agrícola 2010-2011).

| | PRONAF | INVESTIMENTO | CUSTEIO | OUTROS |
|-------|--------|--------------|---------|--------|
| | 100% | 100% | 83,33% | 50% |
| Total | 06 | 06 | 05 | 03 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Constatou-se que 100% dos agricultores tomaram crédito junto às instituições financeiras que operam o PRONAF, destes, todos utilizaram a linha do Programa Mais Alimento para o investimento na compra de máquinas, a qual se destacou pela compra de tratores de pequeno e médio porte. Na modalidade de custeio 83,33% dos agricultores utilizou esta modalidade principalmente para o financiamento da compra de insumos e sementes para a produção. Cabe ressaltar que além do PRONAF, 50% dos agricultores utilizaram alguma outra forma de tomada de crédito junto às instituições financeiras, estas destinadas principalmente a pequenas reformas e/ou manutenção de máquinas e instalações da unidade de produção. Veja segundo o relato de um agricultor:

“Uma das melhor coisa que o governo fez foi o PRONAF, pois agora todo agricultor pode ir no banco pra fazer um financiamento, sem o medo dos juros... como aqueles de tempos atrás... onde muitos agricultor perderam as terras pro banco. Nos nunca ia imagina que pudesse um dia compra um trator novo... e dos grande... dá gosto de trabalhar assim... até os piá, acho que vão fica na roça... pois não é mais tão judiado. Pra ficar bom, o governo devia melhorar a assistência técnica... ter agrônomo pra ajuda... pois tem muita coisa que se podia planta, mas não se sabe como... no varejo da feira os cliente até pedem se tem... mas planta no grito, não dá, é bota dinheiro fora”. (Entrevista nº05)

Em vista destas informações pode-se perceber conforme a tabela 07, indicativos da assistência técnica proporcionados aos agricultores da comunidade de São José do Caí. Com

efeito, 16,67% das unidades investigadas receberam alguma assistência técnica no ano agrícola de 2010-2011. Entretanto, 83,33% das unidades não receberam nenhuma assistência técnica por parte das instituições públicas, as quais seriam as responsáveis por dar o aporte a estes agricultores. Cabe destacar que durante as entrevistas com os agricultores, estes faziam menção a necessidade da assistência técnica ser assídua e passível de melhora, pois segundo os entrevistados os “técnicos ficam somente no escritório”.

“O que mais falta é o estudo, conhecimento... por que assistência técnica não temos e quando precisamos temos que mandar vir de Caxias (Caxias do Sul) um... e a consulta pra ele vir aqui é cara... às vezes não vale a pena pagar tanto e botar remédio nas plantas, por que na hora de vender, de repente não se tira pra pagar tudo isso... o município deveria ter um agrônomo pra vir aqui e nos ajudar e não ficar só lá no escritório. Se nos tivesse um pouco mais de estudo, nos podia procurar na internet alguma coisa... mas nem isso tem aqui em baixo... mal celular pega, imagina internet”. (Entrevista nº02)

De outro lado, o trabalho de assistência técnica (médico veterinário) prestada pela Cooperativa Piá junto os produtores de leite, sem sombra de dúvida pode ser considerada, segundo os agricultores entrevistados, como ótima, pois segundo relatos destes agricultores, o tempo resposta na solicitação do atendimento, a qualidade e a qualificação dos profissionais são fatores que levam a este o grau de excelência.

Tabela 07 – Acesso a assistência técnica¹⁷ pelos agricultores da comunidade de São José do Caí no ano agrícola 2010-2011.

| Teve acesso? | Quantidade | % |
|-------------------|------------|-------|
| Sim ¹⁸ | 01 | 16,67 |
| Não ¹⁹ | 05 | 83,33 |
| Total | 06 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Cabe destacar, que a atividade leiteira na comunidade esteve presente em todas as unidades investigadas e que em todas representa uma forma de renda complementar para as famílias, pois esta relacionada à garantia de uma receita mensal. Esta atividade é um exemplo mais generalizado de uma estratégia frente a possíveis crises na lavoura, onde o foco reside na produção de leite em pequena escala, a qual segundo Niederle (2007) constitui-se numa alternativa diferenciada de reprodução social frente a uma conjuntura desfavorável da

¹⁷ Não incluso a atividade de pecuária leiteira.

¹⁸ Para efeitos desta assertiva, considera-se como teve acesso a assistência técnica aquele em que o agricultor teve a necessidade de contratar particularmente um profissional liberal da área de agronomia para sanar dúvidas e problemas em sua propriedade.

¹⁹ Para fins de mensuração, ter o acesso de assistência técnica significa a orientação para o uso de novas tecnologias e/ou a sanar dúvidas e problemas relativos à produção agrícola.

produção agrícola e é uma estratégia de segurança alimentar em função dele e seus derivados serem amplamente utilizados para o autoconsumo alimentar.

Não obstante, cabe considerar conforme a tabela 08 o percentual de agricultores (50%) que alegam que não há ou haverá nenhum membro para a sucessão. Considerando-se o percentual que respondeu que dificilmente (33,33%) haverá sucessão, teoricamente 88% dos estabelecimentos rurais da comunidade de São José do Caí apresentam problemas de sucessão patrimonial. Isto se dará em um espaço de tempo estritamente curto, pois os grupos compostos para a sucessão ou não têm aptidão ou não tem interesse.

Tabela 08 – Característica da família agricultora da comunidade de São José do Caí quanto à sucessão da propriedade.

| Haverá sucessão? | Nº | % |
|------------------|----|-------|
| Sim | 01 | 16,67 |
| Não | 03 | 50 |
| Dificilmente | 02 | 33,33 |
| Total | 06 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

Outro aspecto que merece destaque em relação à perspectiva do futuro da família continuar no meio rural é a questão da migração de membros da família em idade economicamente ativa a buscar estudo e/ou trabalho fora da propriedade. As principais razões apontadas pelas famílias são a baixa renda agrícola, o risco de investimento na produção devido a intempéries naturais ou oscilações de preço no mercado e o aumento significativo nos custos de produção frente a estagnação dos preços dos produtos agrícolas, neste caso os hortifrutigranjeiros. De acordo com a tabela 09, um fato positivo pode ser considerado aos 50% dos agricultores responderam que há perspectiva de continuar no meio rural, e acreditam que poderá haver retorno de membros para continuar as atividades. Destaca-se, mesmo que a tabela 08 aponte sérios problemas de sucessão familiar, a tabela 09 já demonstra uma perspectiva otimista dos agricultores entrevistados, os quais, segundo relatos, apontam que a atividade quem demonstrando ser rentável novamente, principalmente pelo acesso ao crédito (PRONAF). Para os agricultores familiares da comunidade, consideram que a melhoria nas condições de vida esta diretamente associada ao fortalecimento da agricultura familiar, ou seja, na importância de políticas públicas para a sua reprodução social e econômica.

Tabela 09 – Perspectiva da família da comunidade de São José do Caí quanto à atividade agrícola.

| Possibilidade de continuar no meio rural? | Nº | % |
|---|----|-------|
| Sim | 03 | 50 |
| Não | 01 | 16,67 |
| Difícilmente | 02 | 33,33 |
| Total | 06 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

No entanto, verificou-se in loco, o fato que os agricultores têm diferentes visões quanto ao “futuro” da família na agricultura.

“É difícil, dá vontade de desistir... mas daí, vamos fazer o que? Nos não sabemos fazer outra coisa... e nessa idade, ninguém vai pega nos pra trabalhar. A vida do colono é muito complicada, se tem uma plantação bonita, vem um temporal e estraga tudo... ou quando ela dá, o preço não ajuda na hora de vender... muitas vez não vale nem apena colher” (Entrevista nº 04)

“Tem sim, tem que se diversificar, tem que ter produção o ano todo... tem que se especializar... tem que plantar coisas que os outros não plantam, assim você consegue vender bem e ganhar mais... é o nosso caso, abandonamos as verduras e começamos a plantar abacaxi... se tivéssemos mais, teríamos vendido tudo. E aqui na colônia, temos uma vida bem mais saudável do que os que moram na cidade”. (Entrevista nº05)

No entanto, algumas constatações foram evidentes, todos os agricultores entrevistados são proprietários de seus estabelecimentos. Constatando-se na pesquisa de campo que todos possuem máquinas, equipamentos, instalações apropriadas e de bom estado, destinados ao processo de produção agrícola. Ressalta-se, apesar de todos possuírem trator, a contratação de serviços de máquinas agrícolas é praticada por todos via Associação²⁰ Distrital do Vale do Caí. Não obstante, os agricultores por razões econômicas ou por não conseguirem atender todas as fases do ciclo produtivo devido à falta de mão-de-obra os fazem recorrer à contratação de serviços de máquinas e equipamentos agrícolas. Assim, pode-se considerar

²⁰ A importância que a associação possui para o Vale do Caí é indiscutível, criada em 16/12/1993 tem como objetivos promover a integração e o desenvolvimento da micro-região, reivindicar junto aos poderes públicos ou perante quaisquer entidades privadas a defesa de seus interesses, a celebração de convênios com poder público municipal visando à implantação de mecanização (subsídio por parte do poder público municipal no valor de vinte e cinco mil reais anuais em 2011 e mais a disposição de um trator Agrale de grande porte equipado com todos os implementos necessários), defesa de melhores condições sociais e de trabalho para o desenvolvimento local. Para Canterle (2004), o associativismo pode se definido como uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia. A Associação Distrital é composta pelas comunidades do Tirol, Arroio Paixão, Linha Temerária, São José do Caí e Linha Pirajá. Hoje a associação conta com 67 famílias associadas, que ainda trabalham em sua propriedade e muitas destas famílias não teriam condições para a aquisição de trator e implementos, ou na contratação particular, sendo assim a associação cumpre um papel fundamental com a disponibilização deste trator, possibilitando os pequenos a abandonarem os métodos arcaicos.

uma típica situação de terceirização, ou seja, um aspecto da mercantilização da agricultura familiar. Este processo se completa pela externalização tanto da compra de insumos e produtos destinados a produção, tanto na comercialização de sua produção.

4.3 A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ.

Até o momento o que se apresenta é que estamos diante de uma agricultura altamente mercantilizada, a qual não contrata mão-de-obra, mas está inserida nos circuitos mercantis através de elevado grau da externalização dos agricultores com o ambiente social e econômico. Neste sentido, este padrão agrícola de produção é o que estabelece as relações sociais e econômicas da comunidade, cuja principal característica é o “monocultivo” de hortifrutigranjeiros. É significativo o modo de comercialização adotado pelos agricultores, em que seu principal canal de comercialização é a venda direta para o consumidor final. Exceto no caso do leite e de alguns tipos de frutas que são comercializados para a fábrica de doces da Cooperativa Piá.

Ao final da década de 70, os agricultores familiares da comunidade de São José do Caí, passam a se inserir definitivamente sua produção agrícola nos circuitos mercantis. Esta inserção passa pela produção em escala de hortigranjeiros, destinados principalmente para abastecer a cidade de Caxias do Sul, a qual se encontrava em pleno desenvolvimento. Esta transformação desencadeou um novo ambiente institucional, o qual segundo Abramovay (1988) destacou como o principal fator de desarticulação do modo de vida camponês (colonial) e a emergência de um novo ator social identificado de agricultor familiar. Ou seja, “metamorfoseiam-se em uma nova categoria social: de camponeses (colonos), tornam-se agricultores profissionais” (ABRAMOVAY, 1998. p.126).

Algumas características são semelhantes no universo pesquisado, devido a sua origem cultural ou pela caracterização do relevo, há certo grau de homogeneidade na agricultura local. Neste momento, verificou-se in loco, que o modo de produção desde a chegada dos imigrantes até o ponto de ruptura no final da década de 70 não havia mudado significativamente.

Segundo Weibel (1949), identificaram-se três sistemas agrícolas nas áreas colonizadas pelos colonos alemães, tendo como critérios de classificação métodos agrícolas aplicados. Este três sistemas foram confirmados na pesquisa de campo, quando os agricultores foram questionados como eram desenvolvidas as atividades antigamente.

O “sistema da primitiva rotação de terras” foi o primeiro empregado pelos colonos, constituía-se da derrubada e queimada para o plantio das culturas de milho, feijão, mandioca, batata e amendoim, usando a enxada e a cavadeira. A produção era basicamente para a subsistência, e seus excedentes eram utilizados principalmente para a criação galinhas e de porcos para produção da banha, a qual servia de moeda de troca para a aquisição de artigos necessários para a família. Este sistema perdurou por aproximadamente por duas décadas até o final da década de 1870, e não era muito diferente dos índios, pois tiveram que desmatar para poder plantar. Com uma agricultura de subsistência nos primeiros anos e com um sistema de produção totalmente a força manual, eles produziam somente para o mercado interno e seus principais produtos eram milho, feijão, batata, arroz, amendoim e alguns outros produtos. Suas criações eram principalmente os porcos, tendo algumas cabras e vacas. Viviam praticamente isolados, não havia meios escoar os seus excedentes, por não ter estradas abertas neste tempo, somente alguns “piques” para passagem a pé ou a cavalo.

O segundo constituía-se no “sistema de rotação de terras melhoradas”, o qual teve início posterior a derrubada das matas. Com a quebra do isolamento pela construção de estradas, a qual possibilitou a utilização de carroças para o transporte dos produtos, fez com que a produção aumentasse e fosse possível a introdução de novas culturas como o trigo e o centeio. Este novo sistema fez o agricultor substituir o trabalho manual pelo animal, introduzindo o arado e a grade puxada a bois, cavalos e mulas. Contudo, com o aumento da criação animal, o colono conseguia adubar com esterco parcelas de terra próximas as residências, principalmente com o objetivo de aumentar pastagens para alimentar o gado e os porcos que forneciam o leite e a banha. Entretanto, as terras mostram sinais de esgotamento pelo cultivo intensivo e menor tempo de repouso, fazendo com que a produtividade caísse em torno de 50 a 65% (WAIBEL, 1949).

Este sistema perdurou do final da década de 1870 até metade da década de 30 aproximadamente. A ligação da Colônia até Porto Guimarães somente foi em 1870, com a construção da primeira estrada carretável e posterior ligação em 1887 com Novo Hamburgo. Com esse desenvolvimento, o setor agrícola teve um grande crescimento, pois passou a

produzir uma quantidade maior de produtos, possibilitando mercado para estes. Com este crescimento, abandonaram o pousio e avançaram sobre a mata ampliando a área cultivada, com novos cultivos. Este fato se dá principalmente pelo início da tração animal leve o que gerou conseqüentemente o aumento da produtividade do trabalho. A criação de porcos teve um importante papel no desenvolvimento local, pois os preços recebidos pelos cereais eram estritamente baixos. Sendo assim, os colonos passaram a produzir para a alimentação e engorda dos porcos. Durante a década de 30, se instaura uma grave crise nas famílias agricultoras pela fragmentação das propriedades pela partilha por herança. Também pelo esgotamento e diminuição da fertilidade do solo, forçando muitas famílias de colonos a migrarem para regiões distantes, principalmente para a região do Alto Uruguai. Esse processo migratório inter-regional constituiu-se numa forma de reprodução do modo de vida dos colonos. (SCHNEIDER, 1999).

O terceiro estágio agrícola foi a “rotação de culturas combinada a criação de gado”, que segundo o autor foi o estágio final de desenvolvimento agrícola da região antes do advento da modernização agrícola. Constituiu-se pela rotação de culturas em campos arados e adubados, para a qual a fertilização do solo era necessária e um rebanho de aproximadamente vinte cabeças de gado, além da rotação de culturas com o cultivo de forrageiras (fixadores de nitrogênio e alimentação dos animais). “A idéia básica é alternar culturas de raízes e plantas leguminosas com freqüência, a fim de enriquecer o solo com nitrogênio” (WAIBEL, 1949:191). Ainda de acordo com o autor “a adubação está num plano econômico muito mais elevado do que a lavra da terra e requer mais trabalho, capital e conhecimento (WAIBEL, 1949:190). Contudo, este sistema atingiu um número muito pequeno de agricultores da comunidade, devido o tamanho médio das propriedades serem excessivamente pequenas para o sistema de rotação de terras combinadas com a criação de gado. Entrave a isto, o relevo acidentado do Vale não propiciava nem a agricultura, nem a pecuária em suas parcelas acidentadas, devido ao seu alto grau de aclave. A maioria se encontrava ainda no segundo estágio e muitos ainda estavam no primeiro estágio em fase de decadência e estagnação.

A partir da emergência da motomecanização a partir da metade da década de 70, a agricultura familiar da comunidade de São José do Caí passa por um processo de (re)arranjo em suas estratégias de reprodução. Para compreender este processo, considera-se relevante entender o conceito de mercantilização debatido no capítulo 2.4 deste trabalho, o qual demonstra as transformações sociais, econômicas e culturais que se passaram dentro das unidades de produção e sua dinâmica com o mercado.

O clímax se dá com a chegada dos micro-tratores, que substituem a tração animal e o uso de insumos para aumento de produtividade. Teve início nesta época a produção de hortifrutigranjeiros, com posterior declínio do cultivo de cereais, chegando este no final desta fase praticamente a desaparecer em muitas propriedades, em outras sendo cultivado somente para subsistência e alimentação dos animais. As propriedades originais já estavam fragmentadas e constituíam pequenas propriedades familiares, que haviam abandonado os policultivos e se dedicando exclusivamente a produção de hortigranjeiros nas parcelas de várzea como principal fonte de renda. Teve papel fundamental a localização geográfica desta região, pois se encontra as margens do Rio Caí, o qual se pode aproveitar o potencial hídrico através da implantação da irrigação. A produção era comercializada quase que exclusivamente nos armazéns e pela venda direta ao consumidor de Caxias do Sul e Nova Petrópolis. A produção de hortifrutigranjeiros requer a necessidade de uma grande mão-de-obra, empregando toda a família para este novo sistema agrícola. Contudo, as famílias agrícolas tornam-se dependentes do mercado externo, que passa a ditar as regras daí por diante.

O êxodo rural começou a se acentuar a partir da metade da década de 80, atingindo seu pico na década de 90. Esta evasão ocorreu principalmente pelo crescimento do pólo industrial da cidade de Caxias do Sul, e do centro de Nova Petrópolis, que absorvia um grande contingente de pessoas em suas fábricas calçadistas. Segundo dados do IBGE dos últimos censos, conforme a tabela 10, a população do Município de Nova Petrópolis teve uma evolução no período de 1970 a 2010 de 44%, compreendendo a uma taxa de um pouco mais de 1% ao ano. Contudo, a taxa de crescimento da área urbana neste mesmo período foi de 534%, representando um crescimento anual de 13,35% ao ano. Neste mesmo período, houve retração de 53% da população da área rural, tendo como ponto de inflexão a década de 90. De acordo com a tabela 10, no início da década de 90 as populações urbanas e rurais constituíam cada, aproximadamente 50% do total. No entanto, esta década foi marcada pelo intenso êxodo rural, a qual assolou o meio rural, onde somente nesta década, houve uma evasão de quase 50% da população rural. Estes dados vêm a confirmar que há um grave processo de envelhecimento da população rural, como se constata na tabela 10, a qual demonstra que nos últimos houve um crescimento de apenas 5% no total da população rural.

Tabela 10 – Distribuição geográfica da população do Município de Nova Petrópolis/RS.

| | Área urbana | % | Área rural | % | Total |
|---------------------|-------------|-------|------------|-------|--------|
| Censo 1970 | 2.794 | 21,13 | 10.429 | 78,87 | 13.223 |
| Censo 1980 | 4.389 | 31,64 | 9.484 | 68,36 | 13.873 |
| Censo 1991 | 8.343 | 49,75 | 8.424 | 50,25 | 16.767 |
| Censo 2000 | 12.208 | 72,28 | 4.683 | 27,72 | 16.891 |
| Censo 2007 | 12.846 | 72,38 | 4.901 | 27,62 | 17.747 |
| Censo 2010 | 14.911 | 74,21 | 4.911 | 25,79 | 19.045 |
| Evolução no período | 534% | | - 53% | | 44% |

Fonte: censos IBGE

Estes dados vêm a constatar sua veracidade na pesquisa de campo, das aproximadamente 80 propriedades rurais cadastradas no INCRA, a comunidade de São José do Caí conta somente com 26 propriedades ativas, aquelas destinadas às atividades agrícolas.

4.4 SOCIABILIDADE E RECIPROCIDADE: UMA NOVA FORMA DE RELAÇÕES SOCIAIS.

As relações de reciprocidade e sociabilidade sofrem o solapamento na medida em que os agricultores se mercantilizam, em função do individualismo e da concorrência. Desta forma, estas relações foram deslocadas progressivamente a relações mercantis de trocas²¹ instantâneas. Como frisa Piccolo (1989), a reciprocidade foi uma “lei” fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento das colônias, compreendia-se que tudo deve ser compensado, se recebeu um favor, ajuda ou qualquer outro benefício, sente-se na obrigação de retribuir da mesma medida do possível.

Estas relações foram destacadas nas entrevistas, pelas quais a principal prática de reciprocidade estava ligada a troca de produtos (principalmente alimentos) e sementes, mas também na troca de dias de serviço ou na doação de alimentos aos vizinhos próximos. O melhor exemplo disso era o abate de animais como porcos e bovinos, em que os vizinhos próximos eram chamados para ajudar, e desta forma recebiam em troca uma parte do animal. Esta prática era comum com todos os vizinhos, quando estes abatiam, retribuía a doação. Porém, este ato não é somente de trabalho, mas sim de um espaço onde ocorre a sociabilidade

²¹ As trocas transformaram as relações em transações econômicas, ou seja, a motivação do lucro substitui a retribuição dos “favores”.

entre as famílias. Outro fator importante destacado na sociabilidade da comunidade eram os mutirões coletivos, através do trabalho de um grupo de vizinhos em períodos de maior necessidade de mão-de-obra de alguém do grupo, como por exemplo, na época de colheita, ou na construção de benfeitorias na propriedade. Esta forma também era utilizada para o desenvolvimento de atividades sociais na comunidade como a construção da igreja, da escola, da sociedade. Segundo Gazzola (2006) a sociabilidade e a reciprocidade têm um papel muito variado nos termos de construção simbólica e das relações sociais entre as famílias e estas com a comunidade.

“Ele encerra, também, a sociabilidade através da alimentação na hora do almoço, pois é neste momento que o grupo de trabalho fica junto em sua totalidade. Além de almoçar, se tira também uns *dedos de proza* sobre os mais variados assuntos. [...] são elementos centrais ao trabalho produtivo e na lógica reprodutiva das formas familiares, pois encerra muito mais que *ajudas* em trabalhos e trocas, eles são também simbólicos, cheios de significados e engendram relações sociais dos mais variados tipos entre os colonos”. (GAZZOLA, 2006:82)

A sociabilidade e a reciprocidade entre as famílias dos colonos foi gradativamente sendo solapada pela crescente inserção da mecanização e a chegada da energia elétrica a comunidade. Este último talvez fosse o principal fator do desmantelamento da reciprocidade.

“Depois que chegou a luz, não se precisa mais troca a carne com o vizinho quando se carneava, ficou muito mais fácil... é só ir no congelador e tirar um pedaço de carne... sempre tem carne fresquinha... bem diferente quando se colocava a carne na banha pra conserva. Outra coisa que mudou, foi um ajuda o outro quando precisa... agora com trator e veneno, ninguém precisa da ajuda do vizinho. [...] com a televisão, acabou o negocio de ir fazer uma visita pro vizinho ou compadre, as mulher querem olhar a novela e os homem querem olhar as notícias e o futebol... ninguém mais tem tempo”. (Entrevista nº06).

Deste modo, isto significa reconhecer conforme o capítulo 2.1, que mesmo através de uma economia de excedentes, o colono sempre produziu para o mercado, onde a agricultura colonial gradativamente deixa de produzir para a subsistência/excedentes, e passa cada vez mais a produzir para o mercado.

5 AS ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO CAÍ: REPRESENTAÇÕES, CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES.

Este trabalho é limitado para caracterizar os estilos de agricultura, embora as estratégias recentes possam estar sendo (re)produzidas de práticas já existentes anteriormente. Neste sentido, é pertinente afirmar que, segundo Niederle (2007), a natureza desta tipologia permite caracterizar de forma limitada o que passa a ser um estilo de agricultura, a qual é atribuída a um conjunto de estratégias, valores, percepções e práticas dos agricultores. Igualmente, aborda que cada estilo de agricultura é o resultado da combinação das condições internas da família com o ambiente socioeconômico e ambiental, as quais agem na constituição da diversidade. Ploeg (2006) define como “espaços de manobra” os mercados e a tecnologia, por onde os agricultores podem se movimentar por várias posições possíveis. Ou seja, as estratégias reprodutivas e os estilos de agricultura constituem-se na dimensão do grau de dependência do mercado e ao padrão tecnológico predominante, fazendo com que os agricultores migrem de um estilo ao outro. Ao mesmo tempo, fatores ligados diretamente ao universo produtivo e ao conjunto de relações sociais imbricadas na constituição de estratégias, sejam responsáveis pelo maior ou menor grau de mercantilização, permitindo articular um conjunto de práticas desenvolvidas pelos agricultores que visam sua reprodução social e a manutenção/expansão da unidade de produção.

Considera-se relevante a afirmação de Schneider (1999), a qual permite compreender a noção do que são estratégias de reprodução:

“[...] as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos [...] essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais e econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisão e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias e racionais, essa consciência é mediatizada por racionalidade informada pela realidade que tento é a expressão das relações como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são casuais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas” (SCHNEIDER, 1999:135).

5.1 A ESTRATEGIA TRADICIONAL: MODERNIZAÇÃO E PRODUÇÃO EM ESCALA.

Até aqui procuramos demonstrar que a agricultura familiar da comunidade de São José do Caí é uma forma familiar de trabalho e produção altamente inserida nos circuitos mercantis e dependentes dos padrões agrícolas de produção. Esta é uma das principais características da agricultura familiar mercantilizada, a qual suas estratégias estão relacionadas à dinâmica do trabalho, dos processos de produção e de seu universo de relações visando à reprodução social. Desta maneira, a agricultura familiar cria alternativas que refletem no aumento ou na diminuição do grau de externalização e sua inserção mercantil frente ao universo de relações sociais prioritárias. Não obstante, que o regime produtivo está associado ao paradigma da modernização, definida como uma forma empresarial de agricultura via especialização produtiva e fundada em recursos externos, a qual é altamente dependente das flutuações dos preços das *commodities* e dos custos de produção (NIEDERLE, 2007).

É inegável, todavia, que para a grande maioria dos agricultores, a principal estratégia (re)produtiva é a especialização na horticultura. Empreendida a partir de distintas perspectivas, a qual parece refletir numa forma empresarial de agricultura dependente da eficiência produtiva e, portanto, da necessidade econômica de “cortar gastos e custos” de produção (PLOEG, 2006). Estas são unidades altamente externalizadas, tecnificadas e especializadas, as quais afirmam que somente é possível fazer frente ao mercado através da modernização, para conseguir altos índices de produção e produtividade. Portanto, o desenvolvimento da eficiência técnica e a escala de produção permitem sua reprodução social e a manutenção/expansão do seu estabelecimento. Contudo, esta parcela de agricultores familiares esta sujeita a uma maior vulnerabilidade das oscilações dos preços no mercado²² e/ou das intempéries climáticas, a qual torna esta estratégia como uma alternativa de maior risco. Na pesquisa de campo, esta estratégia é vista pelos agricultores como uma alternativa para os “colonos fortes”, que dispõe de melhores condições financeiras, visto que estes competem no mercado via escala de produção.

“Tem que produzir muito... assim, se você lucra alguns centavos por produto, no final você acaba lucrando muito. O “colono forte” faz assim... produz muito”
(Entrevista nº06).

²² Refere-se aos custos de produção como insumos químicos, sementes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes entre outros, e ao preço relativo dos produtos na hora da comercialização.

Na “contramão de direção” estão os casos que demonstram que este tipo de especialização no “monocultivo” da horticultura, tem demonstrado aos agricultores serem incapazes de acumular capital em virtude da necessidade de retorno financeiro para garantir a sobrevivência da família. De modo geral, os fatores determinantes não parecem estar ligados ao fato dos estabelecimentos estarem altamente dependentes do mercado, pois todos contam com disponibilidade de recursos (terra, capital e trabalho). Há hipótese mais plausível parece estar ligada “em virtude de um repertório cultural associado a um conjunto de percepções que ao longo do tempo foram consolidando este modo de produzir e que, sem uma ingerência ativa capaz de modificá-las, pode acarretar a simples reprodução das práticas sem questioná-las” (NIEDERLE, 2007:150).

“Não adianta, para alguns não entra na cabeça... eles continuam fazendo errado e não enxergam, não adianta fala... eles tem 3 ou 4 hectares de várzea e querem tirar o sustento da família da plantação de verduras... desta forma não dá lucro... eles tem que comprar tudo (semente, adubo, veneno, remédio) sem contar nas despesas do trator e da luz (sistema de irrigação)... e depois vão e vendem na CEASA, onde todo mundo leva as verdura pra vender... coisa assim não dá lucro... o pior de tudo, nem produzem mais pra come, compram tudo, é uma vergonha” (Entrevista nº06).

De todo modo, as diferentes concepções de importância do modelo de produção adotado por cada unidade familiar, não pode ser explicado somente pela dinâmica interna da unidade, mas talvez, de um dos fatores mais importantes no corpo familiar, o *saber-fazer*. Este procedimento sofreu uma grande erosão com o processo de transformação técnico-produtivo, principalmente pelo modelo difusionista²³ aplicado pela extensão rural, principalmente na década de 80. Os princípios desta modernização eram pautados e que o modelo tradicional de agricultor era atrasado e levava ao empobrecimento; que somente a adoção de tecnologia era a saída para o crescimento econômico; que a transmissão destes pacotes tecnológicos seria difundida através da extensão rural, com técnicas padronizadas para todos os ecossistemas (MUSSOI, 2010). Para Lutzenberger (2001) esta forma de opressão e marginalização das populações rurais, taxadas de atrasadas pelo seu método empregado, acaba gerando um genocídio cultural.

Uma serie de similaridades e diferenças podem ser pontuadas entre o que a pesquisa de campo encontrou *in loco* e o referencial acima. Além do mais, acredita-se que este comportamento anacrônico esta ligado segundo Chayanov (1974) conforme a morfologia, a fisiologia, além da forma de funcionamento dinâmico de cada unidade de produção agrícola.

²³ Processo este de comunicação unidirecional, que implica no verticalismo do saber, onde a transmissão do conhecimento é de ordem mecânica, considerando o agricultor um objeto de recepção passivo, onde as ações desempenhadas são de ordem paternalista e assistencialista (MUSSOI, 2010).

Seguindo por este caminho, seria arriscado realizar afirmações sem compreender a fundo o comportamento absolutamente heterogêneo destes agricultores. Visto que, mesmo apresentando um sistema de produção relativamente instável (frustração da produção e flutuação dos preços) que expõe os agricultores a altos riscos. Este sistema é adotado devido ao curto ciclo produtivo, ao rápido retorno financeiro, à exigência de mão-de-obra de menor penosidade e à utilização de pequenas parcelas de terra.

5.2 AUTOCONSUMO, UMA FORMA DE ECONOMIZAÇÃO E ALTERNATIVIDADE

Na atual conjuntura da agricultura familiar é fundamental o processo de complementaridade, o qual é uma estratégia de produção baseada em minimizar os riscos inerentes a sazonalidade de rendas, intempéries climáticas e econômicas, contribuindo para o fortalecimento de fatores vulneráveis do agricultor, de forma a manter a autonomia da unidade. Neste aspecto, autoconsumo se restringe a alimentação humana, na concepção de Gazolla (2004), o autoconsumo pode ser definido como a parcela da produção animal, vegetal ou a transformação caseira que é produzida pela família e utilizada para a alimentação de acordo com suas necessidades.

No entanto, apresentam diferentes noções de importância para cada família, referentes à questão de sua condição social, econômica e cultural. Este tipo de produção até poucos anos estava fadado ao desaparecimento, pois a “revolução verde” possuía um viés de implantação tecnológica e de produtividade, principalmente pela implantação de monoculturas e desta forma o agricultor deixa a diversificação para se dedicar a este novo modelo de inserção ao mercado pela produção com viés comercial. A metamorfose nesta transformação de colono a agricultor familiar com fins de produção comercial acarretou em uma grande perda da identidade social, na qual ele deixa gradativamente de produzir para o próprio consumo, o qual se constituía através dos tempos uma característica fundamental de autonomia e reprodução social. Para Chayanov (1974) e Wolf (1976) *apud* Grisa (2007) a característica de produzir para o autoconsumo é uma forma *genuína* da lógica social familiar que se caracteriza em todas as sociedades, das mais remotas as contemporâneas.

O autoconsumo cumpre um papel complementar na atual conjuntura, pelo qual o agricultor passa, segundo Ploeg (1992), a ficar cada vez mais dependente das relações

mercantis, as quais anteriormente eram desenvolvidas pela própria família. O auge desse processo passa a ser a produção para fins comerciais, e os produtos alimentares passam a ser adquiridos em mercados, varejos, casas comerciais etc. caracterizando-se assim o processo de mercantilização no consumo de alimentos. A importância da estratégia da produção de alimentos para o autoconsumo não é medida (contabilizada) pelas famílias agricultoras. Entretanto, esta prática pode vir a gerar o provisionamento de alimentos quase suficiente para atender as necessidades básicas da família. A produção para o autoconsumo não é considerada um forma de “renda” para as famílias. O desperdício econômico que há pela indolência é muitas vezes absurdo, onde o pensamento gira em torno “[...] que não vale a pena plantar, por exemplo, um pé de alface, pois o verdureiro passa toda quarta e sábado e vende a menos de um real o pé” (entrevista nº01). Segundo Lovisolo (1989), a produção para o autoconsumo:

[...] configura-se uma forma de economização, derivada da otimização dos recursos disponíveis (principalmente terra e mão-de-obra) e economia de recursos financeiros, o que possibilita a aquisição de outros bens também necessários a reprodução social. Também se destaca a interfase do autoconsumo com a sociabilidade e identidade social, corroborando respectivamente para a constituição de uma estrutura social mais coesa [...] (apud Grisa 2007:19)

Assim, os hábitos alimentares foram, por conseguinte, sendo alterados e incluídos na dieta alimentar produtos industrializados como: refrigerantes, enlatados, molhos, salgadinhos e outra grande leva de produtos. Estes por sua vez interferindo na qualidade e regularidade no consumo de alimentos típicos da agricultura familiar, podendo vir a comprometer a segurança alimentar e nutricional da família. Gazolla (2004) destaca que o autoconsumo além de garantir a segurança alimentar e nutricional da família, possui papéis fundamentais para a geração da autonomia quando esta se relaciona com o mercado; gera a sociabilidade que são as relações sociais entre parentes, vizinhos e grupos da comunidade; e além de gerar a construção da identidade do agricultor familiar como tal. Para Grisa (2007), a produção “pro gasto” da família constitui uma estratégia para o fortalecimento de sua autonomia, por manter sob o controle da unidade familiar o processo de produção e reprodução social, que é a alimentação. Portanto, é uma estratégia indispensável para a autonomia familiar, visto que é uma forma de economização e com grande potencial para o desenvolvimento rural. Assim, a mercantilização se corporifica do ponto de vista alimentar, pela compra de alimentos que poderiam ser produzidos na propriedade, pois estão internalizando umas das principais estratégias de garantia de sua autonomia e reprodução social. Desta forma, pela ignávia visivelmente aparente, por talvez não tiver noções econômicas, a maioria das unidades

familiares entrevistadas não consegue estimar os valores gastos em alimentação ao final de um ano, e quanto poderia ter sido produzida na própria unidade familiar.

“Antigamente se comprava só o essencial, como sal, café, roupas, calçados, utensílios... coisas que não dava pra fazer. Todo mundo tinha sua horta, uns pé de frutas, uns porquinhos pra carne e pra banha, tinha sua vaquinha de leite e uns bezerro pra carne... tinha de tudo. Hoje, dá pena, tem gente que prefere comprar refrigerante do que ir pegar umas frutas pra fazer um suco... até pão compram... e depois muitos “choram” que não tem dinheiro... também, não sabem trabalhar com a cabeça (poupar)” (entrevista nº 05)

Contudo, segundo Grisa (2007), o agricultor familiar nunca vai poder deixar de ser um poupador, é nesta dinâmica onde o agricultor precisa “cortar gastos e custos” que a produção para o autoconsumo emerge como uma alternativa a fim de constituir um ambiente estável a família frente à face de contextos cada vez mais inóspitos. É interessante notar, como aludiram alguns agricultores durante a pesquisa de campo, que esta prática de produzir “pro gasto”, não é mais considerada como atrasada ou para a subsistência de pequenos produtores (pobres) como antigamente. Logo, esta passa a ser uma estratégia, ou diga-se, um resgate cultural do *saber-fazer* o qual garante à produção de alimentos com qualidade e regularidade, indispensáveis a manutenção da segurança alimentar e nutricional da família.

“O preço da carne, do leite e outros produtos tá demais... não dá mais pra compra... o jeito é todo mundo volta a produzi. Ai sim, o que se produz mesmo é muito melhor, é mais saudável... não tem hormônio, não tem veneno, é bem mais saudável do que se compra no mercado. Imagina se eu tivesse que compra tudo, ia fali no mesmo ano... Mas isso da pra economizar, né” (entrevista nº03).

Essa mudança no repertório cultural dos agricultores locais em relação ao autoconsumo, vem a impulsionar significativas transformações na unidade familiar. Do mesmo modo possibilita um “acrécimo” na renda familiar em virtude da forma de economização (deixa de comprar) e por outro lado aproxima o agricultor a natureza cumprindo sua função de sustentabilidade.

5.3 A DIVERSIFICAÇÃO DAS RENDAS AGRICOLAS.

A especialização na horticultura pelas famílias agricultoras de São José do Caí tornou-se um critério nas últimas duas décadas para o desenvolvimento da agricultura local, contudo, os termos especialização e vulnerabilidade constantemente caminham juntos. Este modelo vem demonstrando ser limitado para o regime sócio-técnico local, onde se constata a redução das margens de lucro e o aumento crescente dos custos de produção. Num comparativo como

trabalho de Grisa (2007), afirma-se que aproximadamente 40% de tudo que é produzido ficam comprometidos com o pagamento dos custos de produção. Frente às recorrentes perdas nas lavouras acarretadas por intempéries climáticas gerando quedas de safra ou pela flutuação e queda dos preços. Agricultores da comunidade vêm optando a conciliar sua produção com outros cultivos e atividades produtivas, mesmo apresentando rendimentos inferiores é possível perceber a inserção destes em múltiplas atividades agrícolas de forma a incrementar a diversificação das fontes de renda.

No universo investigado, o exemplo mais generalizado deste tipo de estratégia é a silvicultura, pelas variedades de acácia-negra e eucalipto em resposta a “crise” da horticultura e pelo processo de envelhecimento da população. Contudo, é necessário reconhecer que a atividade de pecuária leiteira em pequena escala continua sendo uma alternativa diferenciada²⁴ de fonte de renda, pela qual o principal efeito é a redução de custos e a utilização de insumos produzidos na própria propriedade. *In loco*, percebe-se a presença da silvicultura em praticamente todas as propriedades da comunidade, sendo estas cultivadas em parcelas que foram “abandonadas” de atividades agrícolas. Devido ao rápido crescimento, a facilidade de adaptação em áreas com solo esgotado ou perdido o solo superficial, a acácia-negra tem sido incorporada a paisagem local. Além de ser uma importante fonte de renda, pois propicia uma produção média de 20m³/ano por hectare numa idade de corte variando aproximadamente entre 5,5 e 7 anos. A acácia-negra é uma planta da família das leguminosas, além de sua finalidade industrial, apresenta uma expressiva recuperação do solo pelo elevado deposição de folhas ricas em nitrogênio e pela incorporação de nitrogênio pelas raízes (bactérias nitrificantes), podendo gerar aproximadamente 200 kg/ha por ciclo (EMBRAPA, 2003).

Através de programas municipais de subsídio a fruticultura e outras iniciativas por conta própria crescem a estratégia de diversificação de frutíferas exógenas, a qual tem destaque a produção de goiaba Paluma. Na mesma lógica da diversificação, há um crescimento ainda “engatinhando”, mas igualmente importante através das atividades de agregação de valor aos produtos como a venda direta ao consumidor, a produção para nichos de mercado e a agroindustrialização.

²⁴ Refere-se a alternatividade entre a venda e o uso do produto. Segundo Heredia (1979) apud Grisa (2007), a alternatividade confere à unidade familiar a possibilidade de decisão, segundo suas condições, entre o consumo ou a comercialização da produção, dependendo do preço do produto, sua perecibilidade e a demanda da família.

5.4 A PLURIATIVIDADE.

O fenômeno da pluriatividade emerge no meio rural como uma das mais relevantes estratégias do grupo familiar frente à inserção no mercado agrícola ou não-agrícola. Segundo Schneider (2003), a pluriatividade considera-se uma estratégia do grupo familiar e não do indivíduo isoladamente, assim, considera-se pluriativa a família quando pelo menos um membro passa a desempenhar atividades agrícolas, para-agrícolas²⁵ e não-agrícolas. Ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas na mesma família caracterizada através da estratégia coletiva do grupo familiar. Este fenômeno atualmente é mais que uma forma complementar de renda, caracteriza-se como uma forma social de organização do trabalho e da produção a fim de garantir a reprodução social, de manutenção dos membros na propriedade (evitar o êxodo) e atender as necessidades de bem-estar do grupo familiar.

É justamente neste contexto que se inserem e se consolidam tipos específicos de pluriatividade na comunidade de São José do Caí. São evidentes as atividades que caracterizam este fenômeno entre os agricultores devido à dinâmica econômica regional, tendo significativa participação o setor industrial e comercial. Parte significativa destas ocupações tem se dado no emprego da indústria têxtil e calçadista, as quais correspondem pela grande maioria das ocupações. Na comunidade de São José do Caí foi instalada uma indústria têxtil há quatro anos e esta absorve grande contingente de indivíduos no quadro de trabalho. Devido à proximidade da indústria e sua forma de trabalho em turnos, possibilita os membros das famílias a serem “colonos/operários²⁶” (SCHNEIDER, 1999). Os quais permanecem trabalhando na propriedade e trabalham um turno na indústria. Não obstante, não há nenhuma propriedade “exclusivamente agrícola” entre os estabelecimentos pesquisados e segundo todos os entrevistados acreditam que todas as propriedades da comunidade estão na mesma forma. Em face disto, é fundamental discorrer sobre a importância da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (no âmbito da indústria, comércio e serviços) como forma de elevação de renda, gerando autonomia e erguendo-se como uma importante, se não a principal estratégia de reprodução.

²⁵ É aquela relacionada a “[...] transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (in natura ou derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada a comercialização” (SCHNEIDER, 2006:9).

²⁶ Ex: turno na indústria têxtil das 06h00min às 13h00min e posteriormente desempenham suas atividades na propriedade.

Finalmente, cabe ratificar, segundo Schneider (2006), que a pluriatividade não implica no afastamento do circuito mercantil, ao contrário, trata-se de uma forma de mercantilização que acontece devido ao novo estágio de integração, que se dá pelo mercado de trabalho. Contudo, este modo não vem a repercutir na perda de autonomia, na vulnerabilização ou na externalização das unidades de produção em relação à crescente mercantilização do meio rural. Pelo contrário, é seguramente uma estratégia relacionada aos fatores internos e externos da família que permitem estabelecer com uma quantidade de terra reduzida a manutenção de todos os membros do grupo familiar na propriedade. Em síntese, a pluriatividade está relacionada à necessidade de aumentar a renda familiar como principal motivo. Sendo empregado nas despesas familiares, na alimentação da família, nas despesas pessoais (vestuário, eletroeletrônicos, etc.), no aumento no conforto doméstico (televisão, computador, internet, moveis e utensílios domésticos, etc.), em investimentos produtivos e investimentos na propriedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo a análise da transformação na agricultura familiar da comunidade de São José do Caí. Consolidou-se em retomar um pouco da trajetória histórica da colonização, através da perspectiva teórica da compreensão dos processos sociais a fim de fornecer elementos necessários para analisar a mercantilização da agricultura familiar. Os fundamentos que expressaram o referencial teórico para caracterizar o estudo são propiciados pelo processo de mercantilização, a metamorfose da agricultura colonial à familiar e o processo de modernização agrícola, a qual se acredita que tenham dado conta da problemática que o estudo se propôs analisar. À luz desse referencial se estabeleceu a discussão relacionada ao universo empírico, de uma agricultura voltada, basicamente à reprodução social, para uma “nova” estrutura social e econômica com crescentes vínculos mercantis e inserida a uma economia de mercado.

Ao iniciar este trabalho houve uma grande preocupação em delimitar qual era o objetivo deste estudo e como estudar o fenômeno da mercantilização entre os agricultores familiares da comunidade de São José do Caí, sem perder de vista o conjunto de relações sociais e econômicas condicionantes a sua reprodução social. Através dos objetivos propostos buscou-se desvelar o fenômeno social da mercantilização entre os agricultores familiares da comunidade de São José do Caí.

A inserção mercantil dos agricultores da comunidade de São José do Caí, esteve presente desde sua chegada na metade do século XIX, e se destacou como uma importante estratégia que vem sendo usada, visando sua reprodução socioeconômica. Desta forma constata-se que a mercantilização, mesmo que de forma “primitiva” esteve presente desde o início da colonização. A agricultura da comunidade esteve sempre ligada a um processo constante de “metamorfose”, em que fatores de externalização e inserção mercantil sempre estiveram presentes e co-evoluíram até o momento de inflexão no final da década de 70. A partir deste momento completa-se o ciclo, denominado de “mercantilização da agricultura”, no qual o agricultor se torna cada vez mais dependente do ambiente social e econômico, isto é, tornou-se dependente a recursos controlados por outros atores.

O processo de modernização da base técnico-produtiva da agricultura no final da década de 70 preconizada pela Revolução Verde resultou em transformações caracterizadas pela crescente inserção mercantil e especialização produtiva. Contudo, a agricultura da

comunidade de São José do Caí não parece ter desempenhado bem as atribuições que lhe foram atribuídas. Isso se explica, em parte, pelo caráter seletivo da modernização agrícola que privilegiou a produção de alimentos exportáveis (as *commodities*), que na realidade geográfica local, devido às condições do terreno eram impossíveis de desempenhar.

Por conta disso, a adoção do progresso tecnológico na comunidade esteve principalmente ligada a condicionantes como: o tamanho das propriedades (fracionamento da pequena propriedade familiar); a qualidade dos solos (pela necessidade de aumento de produtividade); possibilidade na diminuição da penosidade do trabalho (trabalhar muito e colher pouco); a composição demográfica das famílias (numerosas); o êxodo rural devido ao processo de industrialização local/regional (Capítulo 4.3).

Conforme as estratificações no capítulo 4, há indicativas de um grave processo de envelhecimento da população rural, associado a um baixo índice de natalidade, os quais são fatores que constatarem um sério problema relacionado à dinâmica de sucessão patrimonial. Cabe destacar, o baixo nível de instrução dos indivíduos do grupo familiar, principalmente pelo grupo com idade superior a 46 anos, o qual corresponde pelas dificuldades encontradas que as escolas das comunidades rurais ofereciam no máximo até o 5º ano e a necessidade de mão-de-obra na propriedade impedia, desta forma, que os jovens frequentassem as escolas por mais tempo. No sistema colonial a principal preocupação era dotar aos filhos a terra, já na agricultura mercantilizada isso não mais é possível pela indivisibilidade da propriedade, pela inexistência de novas áreas ou pelo seu alto valor imobiliário. Desta forma, busca-se dar para os filhos um melhor nível de instrução, levando-os a buscar formação nos centros urbanos como forma de garantir sua reprodução social.

Ao analisar as formas e condições de (re)produção da agricultura familiar, é de fundamental importância a relação dos fatores como a estrutura fundiária, que compreende pequenas propriedades rurais, tendo como média geral 20,83 hectares. Deste total, somente 46,80 % são parcelas utilizadas em atividades agrícolas (SAU) pelos agricultores, sendo o principal limitador o alto grau de inclinação (terreno acidentado, impróprio a atividade agropecuária) do terreno. *In loco*, constatou-se que grande parte das propriedades rurais tornou-se refúgios de final de semana, denominados de chácaras, gerado principalmente pela herança por partilha, em que nenhum dos herdeiros possuía condições de aquisição das terras dos demais herdeiros.

Cabe destacar, dois fatores completamente distintos na atual conjuntura familiar da comunidade: o primeiro de forma positiva com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o qual dinamizou o acesso dos agricultores ao crédito. Sendo considerado um fator imprescindível para o desenvolvimento rural e o resgate da dignidade dos agricultores. Na contramão deste desenvolvimento, está o solapamento do apoio técnico e da extensão rural pelos órgãos públicos competentes, a qual esta precária ou ausente para os agricultores da comunidade. Sendo esta, a principal reivindicação durante as entrevistas com os agricultores. Portanto, as constatações ficam evidentes, pois os dados empíricos apenas confirmam a realidade social e econômica dos agricultores.

Constatou-se um variado leque de estratégias que estes agricultores vêm desenvolvendo para garantir sua reprodução social, as quais se modificam de acordo com a dinâmica do grupo familiar frente à mercantilização. Assim, as estratégias tomadas pelos agricultores não são causais, mas sim, conscientes e racionais tomadas frente à contingência e ação objetiva.

Com base no que tem sido apresentado neste estudo, mesmo em um universo altamente mercantilizado ao qual o agricultor esta inserido, a agricultura familiar da comunidade de São José do Caí continua desenvolvendo estratégias para viabilizar a sua reprodução social. Portanto, verifica-se que a forma social da agricultura familiar vem se reproduzindo historicamente sob diferentes fatores, demonstrando uma incrível dinâmica de adaptação as novas realidades econômicas e sociais vinculadas aos ditames do cenário nacional/internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. (coord.); SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan T.; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104p.

ARQUIVO HISTÓRICO DE NOVA PETRÓPOLIS/RS – AHNP. Livros de registro relativos ao período de 1865-1870 D3; 1870-1878 II; 1878-1884 II.

ALBERTI, Raquel L. **A conformação das políticas agrícola e agrária brasileiras ao contexto de globalização financeira**. Porto Alegre RS. UFRGS 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008. 247p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed. 70. Lisboa, 1979.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.

CANTERLE, N.M.G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-Pr.: Unioeste, 2004.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/ RS: Um estudo de caso no município de Três Palmeiras**.: 2004. 209f (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural -UFRGS. Porto Alegre.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA. Sistemas de Produção. Versão Eletrônica Jan/2003. Disponível em http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/AcaciaNegra/CultivodaAcaciaNegra/01_importancia_soc_econ_ambiental.htm. Acesso em 15 mai. 2011.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER. **Dados da Relação de Projetos Elaborados por Agente Financeiro**. Escritório de Nova Petrópolis/RS.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER – FEE. Mapa político do Rio Grande do Sul (municípios) – 2008. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <http://mapas.fee.tche.br/>>. Acesso em 20 jun.2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 85-106.

GHIGLIONE, R., MATALON, B. O inquérito. **Teoria e prática**. Celta Editora: Oeiras, 1997.

GIL, Antonio. C. **Métodos de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

GIRION, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa E. **Colônia um Conceito Controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. 90p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e Indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Disponível em <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=41101> Acesso em 18 de mar. de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 238p.

GRISA, Catia . **A produção “pro-gasto”**: Um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**: sinopse do censo demográfico de 2010. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1> acesso em 16 mai. 2011.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231p.

LUTZENBERGER, J. A. **O absurdo da agricultura**. Estudos Avançados, vol. 1, n.1. São Paulo: IEA, 2001. p. 61-73. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 12 mar. de 2011.

MAZOYER, M. ROUDART, L. Histoire des agricultures Du monde: Du néolitique à La crise contemporaine. Paris: Éditions Du Seuil, 1997.

MIELITZ NETO. Carlos G. A; MELO. Lenivaldo M. de. **O progresso técnico da agricultura (interpretações)**. [2009] Disponível em <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=41097> acesso em 18 de mar. de 2011.

MIELITZ NETO. Carlos G. A; MELO. Lenivaldo M. de. **Modernização da Agricultura**. [2009] Disponível em <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=41098> acesso em 18 de mar. de 2011.

MUSSOI, Eros M. 2010. **Enfoques pedagógicos para a intervenção no meio rural.** Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=122873>. Acesso em: 20 de mar. de 2011.

NAVARRO, Z. Do “mundo da roça” ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil. In: Relatório de pesquisa: **Políticas públicas e desenvolvimento rural: balanço da ação governamental no Brasil.** Brasília: MDA, NEAD, 2002. p. 1-75.

NIEDERLE, Paulo. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

NORDER, L. A. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, F de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista.** 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

PAIVA, Ruy M. Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. Uma Reformulação. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico.** Vol. 5, junho, nº 1. de 1975.

PAZ, Ivoni. N. (Coord.). **Evolução Política e Econômica de Nova Petrópolis:** De colônia provincial a município, da pequena propriedade ao turismo. Porto Alegre. GORAG. 2006. 382p.

PESAVENTO, S. J. **Agropecuária colonial e industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PICCOLO, Helga I. L. **Contribuição para a História de Nova Petrópolis. Colonização e Evolução da Colônia.** Caxias do Sul, EDUCS, 1989.

PLEIN, Clério. **As metamorfoses da agricultura familiar:** o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. 2003, 158p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

PLOEG, J. D. V. D. **Labor, markets, and agricultural production.** Boulder: Westview Press, 1990.

PLOEG, J. D. V. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. **Ecología, campesinado y historia.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (ed). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p.15-56.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLIT, D. F; HUNGLER, B. P. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem.** 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho:** as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

RAYNAUT, C. **O desenvolvimento e as lógicas de mudança**: a necessidade de uma abordagem holística. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 1, 1994. p. 81-104.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, v.1, 1969. 401 p.

SABOURIN, Eric. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos**. In.: Org. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p.219-244.

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Petrópolis. **Plano municipal de gerenciamento ambiental**. Protocolo nº1168/2005.

SCHNEIDER, Sergio. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da universidade/UFRGS 1999.

SCHNEIDER, S. ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul**: a emergência de uma nova ruralidade. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPEL/PPGA, 2001. Projeto financiado pelo CNPq.

SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. 102p. (Relatório de pesquisa).

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. et all. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P.E. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p. 21-49, 2004. (Serie: Estudos Rurais).

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza, CE. **Anais, SOBER**, 2006. p.1-20.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

TEMPEL, Friederich. Caixeiro-Viajante. In: **Álbum Oficial do Sesquicentenário da Imigração Alemã**. Porto Alegre. EDEL, 1974.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização européia no sul do Brasil.** In: Revista brasileira de geografia. Ano 11, nº2. 1949. p. 159-222.

WANDERLEY, Maria. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C.(Org). **Agricultura familiar realidades e perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.21-56.

WANDERLEY, Maria. N. B. **Raízes históricas do campesinato.** XX Encontro Anual da ANPOCS. 1996.

WANDERLEY, Maria. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro. n. 21, p.42-60, 2003.

WONG, L. L. R; CARVALHO, J. A. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas.** 2006. Vol. 23, nº 01, p. 05-26.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso **A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ, MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS, RS** para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAÍ, MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS, RS.– do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como **Objetivo geral:** Estudar o fenômeno social da mercantilização entre os agricultores familiares da comunidade de São José do Caí, e como alterou o conjunto de relações sociais e econômicas das famílias. E **Objetivos específicos:** Identificar e interpretar o desenvolvimento histórico e como se caracterizou o processo de mercantilização na comunidade de São José do Caí; Identificar e descrever as características das famílias agricultoras; Identificar as diferentes estratégias que estes desenvolvem para garantir sua reprodução social; Analisar a incidência de impactos sociais e econômicos na agricultura familiar pelo processo de mercantilização.

A minha participação consiste na recepção do aluno **Paulo Marcos Schwantz** para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Nova Petrópolis, ____/____/2011

APÊNDICE A

ROTEIRO DE PESQUISA

1. Nome do entrevistado
2. Como foi o acesso as terras?
3. Tamanho da propriedade?
4. Quantas pessoas fazem parte do grupo familiar?
5. Qual a idade dos integrantes da família e seu grau de ensino?
6. Como eram desenvolvidas as atividades antigamente?
7. O que era produzido naquela época? Qual era o destino da produção?
8. O que necessitavam comprar?
9. Quais as principais mudanças que ocorreram de antigamente para hoje?
10. Segundo a sua opinião, qual fator foi responsável pela mudança na agricultura? Qual fato o senhor achou mais importante?
11. Qual a relação com os vizinhos? Existem relações de trocas mutuas?
12. Quais os principais cultivos atualmente? Transformação
13. E o destino da produção?
14. O que necessita comprar para a produção?
15. O que necessita comprar para a alimentação?
16. Produz para o auto-abastecimento? Quais os principais produtos?
17. Quem trabalha na propriedade?
18. Algum membro da família trabalha fora? Por quê?
19. Há contratação de força de trabalho ou serviços de maquinas? Quanto e por quê?
20. Qual é a principal fonte de renda da família?
21. Como é dividido o trabalho na propriedade? Quem decide?
22. O senhor faz de alguma maneira ou algum tipo de contabilidade na propriedade?
23. Tem acompanhamento de assistência técnica? Qual?
24. Tem acesso a crédito? Qual?
25. Na perspectiva do senhor e de sua família, é possível continuar no meio rural?
26. O que poderia melhorar?
27. Qual a relação da família com a sociedade? Participam? Quais?
28. Como o senhor avalia o futuro da família na atividade rural?
29. Base da renda? Agrícola, não-agrícola ou previdência?

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO

Entrevistador:.....Data:.....nº:.....

Nome do entrevistado.....

1. Como foi o acesso a propriedade:

herança compra outros:.....

2. Estrutura fundiária: em hectares

Total:..... superfície agrícola útil:..... matas/reflorestamento:.....

3. Numero de integrantes e idade do grupo familiar? Total:.....

< 15 >15 <30 >30 <45 >45 <60 > 60

4. Qual o grau de ensino dos integrantes?

Fund. incompleto Fund. Completo Médio incompleto.
 Médio comp. superior incompleto. superior comp.

5. Como eram desenvolvidas as atividades antigamente?

.....
.....

6. O que era produzido antes da modernização agrícola?

6.1- os cinco principais da produção cereais?

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

6.2- os cinco principais da produção animal?

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

6.3- as cinco principais da produção de frutas/verduras?

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
|--|--|--|--|--|

6.4- havia a produção para o abastecimento familiar? Cite os principais.

| | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|--|--|
| <input type="checkbox"/> horta | <input type="checkbox"/> pomar | <input type="checkbox"/> produção animal | <input type="checkbox"/> prod. caseira |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

7- Qual era o destino da produção? Cite o principal.

- () venda direta aos consumidores em feiras livres, em casa ou Ceasa (pedra).
- () para intermediário ou atravessador
- () para cooperativas
- () para indústrias ou agroindústrias da região
- () outros.....

8- O que necessitavam comprar antigamente? Cite os principais de cada item.

| | | | | | |
|--------------|--|--|--|--|--|
| Alimentação | | | | | |
| Básicas/uten | | | | | |
| Produção | | | | | |
| Insumos | | | | | |
| Outros | | | | | |

9- Quais as principais mudanças que ocorreram de antigamente para hoje?

.....

10- Segundo a sua opinião, qual fator foi responsável pela mudança na agricultura? Qual fato o senhor achou mais importante?

.....

11- Qual a relação com os vizinhos? Existem relações de trocas mutuas?

() sim () não qual:.....

12- Qual a principal produção atualmente?..... Cite as principais de cada categoria

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| Produção animal | | | | | |
| Produção vegetal | | | | | |
| Produção caseira Benef./processados | | | | | |

13- Qual o destino da produção?

- () venda direta aos consumidores em feiras livres, em casa ou Ceasa (pedra).
- () para intermediário ou atravessador
- () para cooperativas
- () para indústrias ou agroindústrias da região
- () outros.....

14- O que necessita comprar para a produção atualmente?

- a).....
- b).....
- c).....
- d)
- e).....

15- O que necessita comprar para a alimentação?

- a).....
- b).....
- c).....
- d)
- e).....

16- Produz para o auto-abastecimento? ()sim () não Quais os principais produtos?

- a).....
- b).....
- c).....
- d)
- e).....

17- Quem trabalha na propriedade?

.....

.....

18- Algum membro da família trabalha fora? () sim () não Por quê?

.....

.....

19- Há necessidade de contratação de força de trabalho ou serviços de máquinas?

() sim () não Quanto e por quê?

.....

.....

20- Qual é a principal fonte de renda da família?

.....

.....

21- Como é dividido o trabalho na propriedade? Quem decide?

.....
.....

22- O senhor faz de alguma maneira ou algum tipo de contabilidade na propriedade?

.....
.....

23- Tem acompanhamento de assistência técnica? Qual?

.....
.....

24- Tem acesso a crédito? Qual?

.....
.....

25- Na perspectiva do senhor e de sua família, é possível continuar no meio rural?

.....
.....

26- O que poderia melhorar?

.....
.....

27- Qual a relação da família com a sociedade? Participam? Quais?

.....
.....

28- Como o senhor avalia o futuro da família na atividade rural?

.....
.....

29- Benfeitorias e instalações: citar todas as disponíveis

.....
.....

30- Máquinas e equipamentos: citar todas as disponíveis

.....
.....